

DIÁLOGO COM RÓI

HÉLIO JOSÉ GUILHARDI¹

**Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento
Campinas – SP**

Mãe –Estou muito feliz com o sucesso do Rói...

Ele foi escolhido para ser sujeito experimental no laboratório de Análise de Comportamento. Tem participado de um experimento. Levam-no diariamente para a caixa experimental. Ele vai tão direitinho... é uma gracinha! Volta para casa muito satisfeito e cada dia mais entendido de comportamento.

Rói –Mãe, aprendi a pressionar uma barra! Quando a pressiono, ela faz um barulhinho e ganho uma gota d'água . Mas não é sempre que ganho água. Às vezes, pressiono muitas vezes e a água não vem; mas é certo que ela só vem como consequência de eu ter pressionado a barra. É por isso que não desisto de emitir a resposta: pode demorar, mas a água virá; por outro lado, não virá por acaso. Tenho o poder de produzi-la através de meu comportamento. A minha tarefa é chamada de reforçamento intermitente. Esse nome aprendi ouvindo a professora, que supervisiona as atividades no laboratório, no momento em que explicava o que deveria ser feito comigo pela Juana, aluna que cuida do meu desenvolvimento comportamental. A Juana é a minha professora particular e o meu ensino é personalizado.

A professora explicou para a Juana: “Ele (*sou eu, Rói!*) pressiona a barra e produz uma consequência (*aliás, deliciosa*) que, por sua vez”... Aí ela explicou que, se a água tiver função reforçadora, então “a consequência aumentará a probabilidade da classe de respostas que a produziu”. É a definição de reforçamento positivo...

M –Meu filhinho é tão esperto! Aprendeu a fazer uma coisa que os ratinhos não sabem fazer usualmente. Pressionar uma barra...

Rói, fico imaginando seu esforço! A barra fica numa posição tão alta, que você tem que ficar apoiado nas perninhas traseiras *para* ganhar uma gota d'água.

R –Para ganhar não, mãe! Eu pressiono a barra e *produzo* a apresentação da gotinha. Não *para*... esse é raciocínio finalista, como se a gente pressionasse a barra tendo uma finalidade... Eu não sou controlado pelo que virá no futuro!

M –Nossa, filho. Não entendi nada. Eu sempre faço as coisas pensando no que vou conseguir: afago sua cabecinha para agradecer você...

¹ Em 2007. Revisto em 2021.

R –Não, mãe! Eu pressiono a barra porque anteriormente, quando a pressionei, produzi um reforço. Se não tivesse ocorrido essa relação entre minha resposta e a consequência, eu não a pressionaria novamente. O que ocorreu no passado determinará minha ação no presente. Não é o que vai ocorrer no futuro...

Você me faz carinho porque sempre que me fez cafuné eu fiquei quietinho, relaxadinho, sonolento, tranquilo e tudo isso lhe é agradável (no laboratório falam de um modo sofisticado: “lhe é reforçador”). Não é *para* me agradar que você faz carinho na minha cabecinha, mas por que me agradou e minha satisfação agradou você, mãe. *Eu reforcei você*. Fiquei em paz, feliz ao seu lado... e você me fez muito bem, me sinto amado por você.

Mas no meu laboratório nem tudo é tão simples assim. Hoje passei uns apertos na gaiola. Não estava entendendo nada, complicaram tudo...

M –Como assim? Você é tão esperto, aprendeu a pressionar a barra rapidinho, logo no início da sessão!

R –Ah, isso foi fácil. Eles têm um método de reforçamento diferencial das respostas, selecionando aproximações sucessivas. Aí qualquer um aprende. Até os gatos, que são estúpidos e ignorantes, conseguiriam aprender. Basta usar a modelagem...

M –Modelagem? É como modelar uma peça em argila?

R –É isso! É uma metáfora, mãe. A minha professora vai reforçando variações comportamentais desejadas, enquanto ignora as indesejadas por ela. Tecnicamente, ela seleciona variações das minhas respostas. Aos poucos, vai aumentando as exigências para liberar reforço contingente aos avanços em direção ao comportamento final. É incrível como os procedimentos, que empregam mudanças graduais no manejo das contingências, alterando passo a passo os eventos antecedentes ou as consequências, instalam padrões de comportamentos que se supunha serem impossíveis...

A Análise do Comportamento nos possibilita fazer milagres. Não me refiro a milagres místicos, mas para conseguir os milagres comportamentais é necessário realizar determinados rituais. Os rituais para alcançar tais milagres são procedimentos bem específicos: *fading* e modelagem.

M –Modelagem você já me explicou. O que é *fading*?

R –É outra técnica de mudança gradual. Na modelagem, o que varia gradual e progressivamente é a resposta. No *fading*, é o antecedente que varia: o estímulo vai sendo introduzido (*fading in*) ou removido (*fading out*) gradualmente, de modo a manter a emissão da resposta. Um exemplo de *fading out* pode ser observado nos procedimentos que, tipicamente, os pais usam quando seu bebê começa a andar. O pai segura o filho firmemente (antecedente), o que induz a criança a mover as perninhas, dando, assim, os primeiros passos com o máximo de ajuda. Progressivamente, o pai vai retirando a ajuda,

na medida em que a criança dá os passos com mais independência em relação a ele. Há uma sincronia entre a remoção da ajuda e os movimentos de andar sem auxílio emitidos pela criança.

M –Por que você disse que são procedimentos que produzem milagres comportamentais?

R –Há demonstrações de ocorrência de comportamentos que, à primeira vista, pareciam impossíveis de serem instalados e sob controle de estímulos inesperados.

O uso sistemático do reforço positivo praticamente não produz qualquer contracontrole. Os sentimentos produzidos por contingências de reforçamento positivo são agradáveis, de satisfação e de bem-estar. Uma vez que a pessoa se comporta com sucesso, já que as exigências aumentam gradualmente, ela sente autoconfiança. Se lhe for perguntado, ela dirá que se sente bem se comportando como o faz; que, anteriormente, nem ela própria acreditava que seria capaz de chegar àquele ponto e, ainda mais, que o faz porque quer fazê-lo.

M –Isso é realmente maravilhoso...

R –Nem sempre, mãe. Você está pensando em comportamentos que são “do bem”, tanto para a pessoa que se comporta, como para os demais. Porém, muitas vezes o agente que controla o comportamento do outro atua sob controle de seus interesses pessoais, daquilo que lhe é reforçador ou aversivo, sem preocupações éticas e insensível às consequências aversivas que tais comportamentos podem gerar, a médio e a longo prazo, para a pessoa que se comporta. Alguém pode acreditar que ele quer se comportar daquela determinada maneira, mas, na verdade, se comporta sob controle dos desejos do outro, que o faz querer aquilo que o controlador quer. Temos sempre que identificar a fonte de controle do comportamento e detectar o que controla o controlador. A única maneira de tornar o controle justo e ético é exercer o contracontrole...

Mas, voltando às minhas dificuldades, deixe-me lhe contar o que aconteceu. Foi assim... Acenderam uma luz forte no teto da caixa experimental. Quase me cegaram e fiquei morrendo de calor. Ainda bem que a água que eu produzia me hidratava. Para meu alívio, depois de uns minutos, apagaram a luz. Continuei pressionando a barra, mas, embora o período de escuro também tenha durado alguns minutos, não deu tempo para eu ganhar nenhuma gota... Acenderam a luz de novo. Eu já estava mesmo com muita sede. Gozado, não sei o que aconteceu, sempre que apagam a luz não dá tempo de eu ganhar a água. Eu até pressiono mais vezes para ver se consigo... e nada. Não estou entendendo o que acontece. Estou ficando desanimado...; mas só no escuro.

M –Coitado do meu filhinho! Estão maltratando você? Você está sofrendo! Conte para a mamãe como está se sentindo.

R –É esquisito: quando a luz está acesa sinto-me bem, tenho mais confiança, parece que vai dar certo. Sei o que fazer: pressiono a barra e a água vem. Se não pressiono, a gota não aparece. Basta não ser preguiçoso.

M –Entendi! É porque você está feliz e confiante que você pressiona a barra com otimismo e, então, a gotinha aparece. Já li sobre isso: “Acredite em você e a vida lhe será generosa”. Há uma frase: “Hei de vencer”.

R –Nada disso, mãe. Sentimento não produz comportamento. Se eu ficar lá parado “acreditando em mim”, não acontece nada. Só aumenta a sede. A frase não pode ser “Hei de vencer”; tem que ser “Venci”. Primeiro o comportamento, depois a consequência que ele produz. Aliás, é por essa razão que chamam a água de consequência (do comportamento).

Mãe, você tem uma visão tradicional do funcionamento dos comportamentos. Pense. Por que eu fico feliz e confiante quando a luz está acesa?

M –Porque você é um menino alegre, otimista, de bem com a vida...

R –Não funciona dessa forma, mãe. Se fosse assim, eu me sentiria do mesmo jeito quando a luz está apagada. E não é assim!

M –Como você se sente quando a luz é apagada?

R –No começo era igual: luz acesa, luz apagada, não fazia diferença... Mas, com o passar das vezes em que a luz ficou apagada, fui ficando chateado, desanimado, inseguro, a barra não funciona direito, não produzo água... Comecei a ficar nervoso, com frio na barriga, às vezes, até solta meu intestino. Outro dia, fiquei com raiva e dei uns tapas na barra e umas mordidas. Estava furioso.

M –Mas, meu filho, você nunca foi agressivo. Os estudos estão deixando você estressado. Só pode ser isso, muito estudo.

R –Não é isso, mãe. Quando acende a luz, tudo muda. Fico feliz, confiante, animado, volto a pressionar a barra, ela funciona, sinto-me bem novamente.

M –Não estou entendendo. Você parece que está com dupla personalidade. Parece lobisomem. De dia tudo bem, mas à noite... que o Grande Rato nos proteja!

R –Nada disso, mãe. Estou entendendo o que acontece. Mas não estou entendendo tudo...

M –Como assim?

R –A luz acesa é um sinal: se eu pressionar a barra nesse intervalo com luz, então a pressão pode produzir água. É isso que me deixa bem: há uma relação funcional entre meu comportamento e a consequência reforçadora. O reforço faz eu me sentir bem e, como sei qual comportamento produz água, sinto-me confiante.

Entendeu, mãe? As contingências de reforçamento positivo produzem alterações no meu corpo e eu sinto meu corpo, de tal maneira que o descrevo assim: “Sinto-me bem”. É como quando você me dá carinho: o que você faz comigo, o jeito que você me trata, produz em mim sentimentos bons, agradáveis. Sinto-me bem ao seu lado, sinto prazer em estar com você.

M –Você está dizendo, então, que a gente não tem sentimentos genuínos, de dentro para fora, espontaneamente?

R –Mais ou menos. Você falou muitas coisas juntas.

Os sentimentos são genuínos e verdadeiros... apenas, não nascem do nada; os sentimentos não têm uma geração espontânea. Tampouco os sentimentos ocorrem de dentro para fora. Eles são produzidos de fora para dentro: são as contingências do ambiente, essencialmente as consequências dos comportamentos, que alteram nosso corpo. Tais alterações ocorrem, sim, dentro do corpo, debaixo da pele. Posso resumir da seguinte forma: os sentimentos são genuínos sim, uma vez que são manifestações do organismo, que assim se comporta. O fato de que as ações orgânicas são produzidas por eventos do ambiente não significa que tais reações são estranhas à pessoa que está sentindo seu corpo. As manifestações do organismo, que ocorrem no interior do corpo (costuma-se dizer “debaixo da pele”), são observadas exclusivamente pela própria pessoa que as sente. Não é tão simples, porém. Há que se explicitar o papel da comunidade verbal à qual pertence o indivíduo. Ela dispõe contingências de reforçamento verbais para colocar a pessoa sob controle das reações orgânicas, de tal maneira que a pessoa torna-se capaz de saber que sente, apenas e tão somente, como resultado das tais contingências verbais. Um pouco mais. As contingências de reforçamento verbais instalam os termos comuns ao grupo social – que nomeiam o sentir. Tais termos são os “sentimentos” (e não o sentir). Ou seja, sem a influência da comunidade verbal, a pessoa pode sentir, mas não sabe que sente e não sabe nomear o que sente. Ufa! Difícil, não é, mãe?

Vou explicar mais detalhadamente. Os sentimentos são produzidos pelas contingências de reforçamento. Na verdade, para ser mais exato, não existem sentimentos. O que a gente chama de sentimento é o *comportamento de sentir* o nosso próprio corpo; mais precisamente, as alterações e as manifestações que ocorrem nele quando estamos sob influência das contingências de reforçamento.

Não se deve concluir que aquilo que denominamos de sentimentos se reduz a sentir o corpo. Abrange mais componentes, conforme vou procurar lhe explicar. Tudo começa com as contingências de reforçamento e as contingências coercitivas com as quais a pessoa entrou em contato durante seu desenvolvimento.

M –Um momento, Rói. Você está falando difícil... “contingências coercitivas”? O que é isso?

R –Boa, mãe! É importante saber o que significam os conceitos para se ter clareza sobre o que estamos discutindo.

Contingência coercitiva é um termo que abrange as interações entre comportamento e ambiente, nas quais existe um evento aversivo: uma crítica, uma agressão física, desprezo ou indiferença e assim por diante (no laboratório, em geral, é um choque doloroso, embora no nosso laboratório o choque nunca seja usado). Assim, vamos combinar que há uma distinção entre contingências de reforçamento (positivo), nas quais se usa exclusivamente reforço positivo, tais como afago, elogio, sorriso, incentivo, carinho etc. (no laboratório: água, comida etc.) e contingências coercitivas. Vamos incluir na categoria das coercitivas, arbitrariamente, as contingências que envolvem reforçamento negativo (o comportamento produz a remoção ou evita o aparecimento de um evento aversivo e, em função de tal relação, ele se fortalece), pois tais contingências utilizam evento aversivo. Vamos também incluir na categoria das coercitivas, arbitrariamente, a punição que envolve a retirada de reforço positivo contingente a emissão de determinada resposta. Fique, então, claro, mãe, que contingências de reforçamento para nós, nesta discussão, envolvem sempre e apenas apresentação de reforço positivo contingente ao comportamento. Pois bem, acertado o uso que farei dos conceitos, podemos continuar.

Conforme estava dizendo, mãe, foram as contingências que deram origem às funções que os eventos têm para a pessoa no momento atual de sua vida. As contingências atuais, então, controlam comportamentos operantes, públicos e encobertos, comportamentos respondentes, públicos e privados, e a interação de todos esses componentes ambientais e corporais recebe nomes arbitrários, propostos pela comunidade verbal, como ansiedade, angústia, tristeza, alegria, liberdade, autoestima, responsabilidade, timidez, vergonha, medo, culpa etc. Assim foram criados os sentimentos.

M –Rói, ficaria mais claro se você me desse um exemplo. Na minha modesta vida murina, não desenvolvi um repertório verbal tão sofisticado para entender tudo o que você fala. Você se expressa com admirável elegância, o que me enche de admiração, e com uma clareza indiscutível. Só que não entendo nada... mas acho bonito! Tenho sensibilidade estética para sentir a beleza do seu verbo, mas uma limitação cognitiva para entender o sentido do que me diz.

R –Mãe, vou descrever uma situação familiar. Acredito que, então, ficará mais claro para você. Suponha o seguinte diálogo do Tetê com sua “tchurma”: “Pô, meu! Fiquei puto da vida” (Tetê nomeia de forma metafórica a raiva) “com o folgado do Dentão. Pensei em dar-lhe um murro na cara” (Tetê descreve um operante encoberto), “fiquei imaginando o Dentão caído no chão pedindo desculpas” (Tetê descreve outro operante encoberto). “Quando o vi, falei uns palavrões e parti pra cima dele” (Tetê descreve operantes públicos). “Parecia que minhas veias iam estourar no pescoço (Tetê descreve

respondentes encobertos, estava sentindo o próprio corpo). “Tremia, fiquei agitado, com os olhos esbugalhados e a “tchurma” disse que fiquei vermelho como maçarico” (Tetê relata a ocorrência de respondentes públicos, assim como a metáfora usada pelos outros sobre a eliciação de respondentes públicos).

R –Como se pode ver, há componentes públicos e privados dos comportamentos operantes e respondentes – todas manifestações corporais –, naquilo que se convencionou chamar de raiva ou agressividade. Não há “sentimento”; há corpo se comportando. A pergunta óbvia é: “Por que Tetê está com tanta raiva?” Em outras palavras, quais foram as contingências de reforçamento que evocaram todas as manifestações relatadas?

Daí, mãe, o Tetê continua: “Esse filho da puta veio com papo malandro pra cima da minha mina...” Ou seja, alguém tentou tirar-lhe um reforçador positivo importante e expô-lo a uma situação humilhante perante seu grupo. Pode-se dizer que Tetê foi exposto a condições aversivas, as quais propiciam a emissão de comportamentos de fuga-esquiva (que, se fossem eficazes, eliminariam tais condições, e que seriam, provavelmente, aprovados pelos amigos). Além disso, eliciaram reações respondentes. Somente quando as contingências de reforçamento são identificadas, é que fica clara a determinação dos comportamentos (ou seja, do que eles são função).

Mas a condição poderia ser completamente diferente... No exato momento em que Tetê se atira sobre seu desafeto, ouve-se um comando: “Corta”. A cena é interrompida, apagam-se as luzes e a equipe de filmagem relaxa. As contingências de reforçamento são outras. Falamos em encenação de um episódio de agressão. Os mesmos fenótipos comportamentais estão sob outro controle ambiental.

M –Fenótipos?!?

R –Uso este termo por empréstimo do conceito da genética, que emprega o termo fenótipo para se referir aos caracteres expressos do organismo, que são, no entanto, determinados pelo genótipo (em interação com o ambiente). Desta maneira, não se deve buscar o significado dos comportamentos na sua *forma* ou *topografia*, mas nos seus determinantes. Fenótipo é um termo mais descritivo do que topografia, o qual, embora seja mais usual, peca pela falta de precisão (do grego *tópos* ou lugar e não forma).

M –Isso muda completamente o que eu sempre soube...

R –É, mãe. A Análise do Comportamento nos demonstra que o comportamento humano funciona de acordo com um outro paradigma, até então desconhecido. Eu mesmo tive muita dificuldade para entender. Mas presto muita atenção no que a professora explica para os alunos e estou entendendo. Eu sinto as contingências, ou melhor, eu sinto o que as contingências de reforçamento produzem no meu corpo.

Sabe como ela faz para explicar? Ela diz assim: “O que acontece com o seu corpo quando você é reforçado?” “O que acontece com o seu corpo quando algo ruim ocorre?” Ela ensina o aluno a ficar sob controle das manifestações corporais, quando uma

contingência de reforçamento atua. Depois que o aluno descreveu a contingência e as manifestações corporais, então ele é ensinado a nomear o que ocorre, adotando um termo arbitrário – o nome do sentimento – de acordo com o que o grupo verbal lhe ensinou. (É assim que as crianças aprendem a dar nomes para aquilo que sentem.)

M –Como assim, “nomeia com um termo arbitrário”? A pessoa não descreve o sentimento, filho?

R –Pera aí. Não existe sentimento. Existe... o corpo... sob determinadas condições. O nome do sentimento (não o sentimento) é uma convenção verbal. Pode-se dizer que é uma metáfora.

M –Metáfora?

R –Quando o namorado diz “Você é doce como o mel”, ele não está afirmando, literalmente, que sua garota tem sabor de mel. “Forte como um touro”, da mesma forma, não supõe que existe um touro dentro da pessoa, que lhe imprime força admirável. Se alguém afirma que uma pessoa tem “autoconfiança”, frequentemente parece ao ouvinte que existe uma entidade no interior da pessoa, chamada confiança, que a torna decidida, corajosa, atrevida, capaz de realizar coisas com qualidade etc. Esquece-se, neste caso, que tal força interior é uma metáfora e não alguma forma de energia natural.

Da mesma maneira, quando se diz que uma pessoa está estressada (do inglês “stress”, ou seja, pressão ou tensão), não se deve imaginar que seu corpo está de fato sob efeito de pressão, mas que ela se sente *como se estivesse* exposta a uma condição de pressão causada pelos problemas da vida. É, da mesma forma, uma metáfora.

O ponto crucial, enfim, é saber o que controla o comportamento da comunidade verbal de usar tais metáforas. São a generalização de estímulos ou as relações de equivalência de estímulos que a comunidade faz. Tal generalização ou relação de equivalência pode ocorrer sob controle de características físicas. Assim, uma pessoa com músculos desenvolvidos e bem definidos pode ser chamada de “cavalo” ou “touro”, animais que têm músculos desenvolvidos e bem definidos. Mas a generalização ou relação de equivalência de estímulos pode, também, ser feita sob controle de comportamentos. Assim, um indivíduo que responde com palavrões ou faz críticas diretas pode ser chamado de “cavalo”, pois só sabe dar “coices”...

Pode-se fazer as mesmas afirmações sobre o uso das metáforas para nomear sentimentos. Assim, por exemplo, uma pessoa está contraída e se movimenta com parcimônia de gestos, então diz-se que está *estressada*; outra fala baixo, pausadamente, toca no outro com suavidade, então diz-se que está *tranquila*; outra se movimenta desordenadamente, fala alto, faz gestos bruscos, então diz-se que está *agitada* ou *ansiosa*; outra se movimenta de forma espontânea e descontraída, toma decisões sem hesitar, se atreve e se engaja em novas atividades, como se tivesse absoluta certeza de como deve proceder e com a firme convicção de que dará tudo certo, isto é, com completa confiança em seu desempenho e no sucesso dele, então fala-se que está cheia

de *autoconfiança*. Pode-se concluir que sentimentos são apenas termos; não são coisas; não são comportamentos.

Repetindo, sentimento é um termo arbitrário que a comunidade verbal convencionou usar. É só uma palavra: ansiedade, medo, angústia, tristeza, alegria. Tais palavras só podem ser empregadas, numa análise comportamental, quando nomearem a interação dos estados corporais e dos comportamentos com as contingências de reforçamento que os produzem. Quem as usa deve estar pronto para substituí-las por relações de contingências de reforçamento.

M – Nossa, não me atrevo a dizer que entendi! Mas sinto-me orgulhosa de você. Eu só sei que você sabe muito!

R – Taí um exemplo, mãe. Quando você diz que se sente *orgulhosa* de mim, poderia dizer *feliz* por mim... os termos são arbitrários.

Aí vem a questão: o que a fez sentir orgulho de mim? Foi meu palavreado sofisticado e cheio de explicações, o qual teve uma função reforçadora positiva para você. Você adora saber o quanto estou aprendendo.

Se eu dissesse que estava sendo maltratado no laboratório, você se sentiria *triste* por mim e com *raiva* de quem me maltrata. Você teria sido exposta a contingências aversivas (saber que seu filho amado sofre), que produziriam mudanças corporais, as quais você nomearia de tristeza e raiva.

M – Meu filho, você é um gênio...

R – Que nada, mãe! Basta estudar Análise do Comportamento e Behaviorismo Radical que fica tudo claro... No início é difícil, mas, depois que você aprende, é gratificante entender como as leis do comportamento funcionam.

M – Você não prefere interromper um pouquinho as suas explicações e tomar um leite morno com açúcar? Vou preparar...

R – Não posso. Não devo, mãe. Lembre-se de que estou em privação de água para poder participar das aulas. Se beber o leite, terei que interromper minha aprendizagem. Vamos continuar. Estou feliz em conversar com você sobre estas coisas.

M – Bem lembrado, Rói. Se você não estiver motivado, você não vai se envolver com as tarefas que esperam de você. Sem motivação o aluno não estuda, não é mesmo?

R – Cuidado com o conceito de motivação, mãe! A maior parte das pessoas pensa que motivação é uma força interior que nos movimenta. A gente tem ou não tem motivação, dizem.

M – E não é assim?

R –Não. Motivação é um conceito mentalista. Acreditar na existência de tal força interior, que nos move, é deslocar a determinação dos comportamentos humanos do ambiente para o mundo interno, supondo a existência de duas essências no ser humano: a material e a mental ou psíquica. Tal dualismo conceitual não se sustenta.

É a privação de água que muda o valor reforçador da água para as pessoas. Para alguém que está saciado, a água não funciona como um evento reforçador. Também é a privação que atualiza a função do estímulo antecedente. A luz, quando estou saciado, não controla meu comportamento de pressionar a barra. É um estímulo, digamos, neutro. Com a privação, ela readquire a função de SD. O procedimento que altera o valor reforçador de um evento (por exemplo, da água), que reativa a função de SD do evento antecedente (por exemplo, da luz) e que aumenta a probabilidade da resposta que produz a água ocorrer na presença do SD, chama-se *operação estabelecadora*. Assim, a privação é uma operação estabelecadora, da mesma maneira que a apresentação de um estímulo pré-aversivo também o é.

M –Rói, será que perdi alguma coisa que você já me explicou? Não sei o que é SD.

R –Puxa, mãe, eu fui muito rápido com você. Às vezes, eu mesmo me esqueço que demorei um bocado para saber o que era SD e SΔ. Gozado, primeiro aprendi a me comportar sob controle de cada um dos estímulos e só depois me ensinaram os seus nomes.

A luz acesa era a ocasião sob a qual, se eu pressionasse a barra, minha resposta produzia água. A luz apagada, por outro lado, era a ocasião sob a qual, mesmo que eu pressionasse a barra, a minha resposta não produzia água. Procedimentos diferenciados estavam em operação, sistematicamente associados a cada condição de estímulo, e as consequências das minhas respostas me levaram a discriminar um estímulo do outro, isto é, a me comportar de maneiras diferentes. Quando a luz estava acesa, eu continuava pressionando a barra (meu comportamento era reforçado positivamente com água); quando a luz estava apagada, eu deixei de pressionar a barra (meu comportamento foi submetido ao procedimento de extinção).

Ninguém me explicou o que estava ocorrendo. As consequências diferenciadas selecionaram minhas respostas diante de cada estímulo. Demorei um pouco. O processo de reduzir as pressões à barra na ausência de luz foi gradual, até voltar ao nível operante antes do condicionamento. Por outro lado, o processo de aumentar a frequência de pressões a barra na presença da luz também foi gradual.

M –Você estava sabendo, então, o que estava fazendo e o porquê estava se comportando do jeito que me descreveu?

R –Depende do que significa “saber”. Eu estava me comportando sob controle das consequências que meu comportamento produzia e o fazia de forma consistente e ordenada. Pode-se chamar isso de “saber”? Em certo sentido, sim. Mas não sabia dizer qual era o meu comportamento, como ele estava se alterando e nem o que o estava

determinando. Eu me comportava sob controle das consequências, mas verbalmente não sabia o que estava acontecendo comigo. Só muito depois é que fui capaz de contar o que ocorreu comigo na gaiola.

M –Você se comportou... aprendeu, então, de forma inconsciente?

R –Sim, no preciso sentido de que no início não saberia lhe dizer o que estava exatamente fazendo e nem o porquê. Eu tive que ser ensinado a saber contar qual era o meu comportamento e em função de que determinantes ele estava sendo emitido.

M –Mas, não é necessário estar consciente da função das contingências, às quais se está respondendo, isto é, saber descrever verbalmente as contingências em operação para responder a elas de forma “consistente e ordenada”, como você falou?

R –Não, mãe! Basta ser exposto às contingências de reforçamento para ficar sob controle delas. Descrevê-las é resultado da operação de contingências de reforçamento *verbais*, apresentadas de forma sistemática pela comunidade verbal, as quais instalam o comportamento de descrever, o qual é distinto do comportamento de atuar sob controle das contingências não verbais.

É por isso que só depois aprendi que a luz, na condição descrita, chama-se estímulo discriminativo (SD) e a ausência da luz chama-se estímulo delta ($S\Delta$). Só mais tarde aprendi a dizer porque pressiono a barra na presença da luz e não a pressiono na ausência dela. *Falar* sobre como me comporto e sobre os determinantes pelos quais passei a me comportar de determinada maneira, é comportamento verbal instalado por contingências verbais expostas por outra pessoa.

M –Ficou claro o que é SD e $S\Delta$, mas tenho uma questão sobre a operação estabelecadora. Quero voltar a este tema, pois acontecem muitas situações nas quais não há nenhuma operação estabelecadora e, no entanto, as pessoas se comportam de maneira sistemática e com muito empenho. Nesses casos pode-se falar em motivação? Você se lembra da minha amiga, Albina? Agora que emagreceu, ela diz que está supermotivada para se exercitar na roda de atividade todos os dias. Não é a motivação que a mantém se exercitando?

R –Não exatamente. Veja, mãe: ela se exercita e, como consequência, se mantém magra. Há uma relação entre o comportamento dela e a consequência que ele produz: perda de peso. O que ocorreria se ela aumentasse de peso correndo na roda de atividade? Pararia de correr, certo? Além disso, ela recebe elogios pela “força de vontade” de praticar exercício, pelo corpo esbelto, a atividade em si mesma produz alterações fisiológicas que podem ser descritas como prazerosas, ela sente-se bem etc. Como se pode ver, há muitas consequências reforçadoras positivas que mantêm o comportamento da Albina. Não há necessidade de inventar uma explicação, tal como a motivação, que conceitualmente não é consistente e nem tem a mesma natureza do fenômeno que ela

pretende causar. A motivação é inferida do fenômeno comportamental que ela pretende explicar: está motivada porque corre é igual a corre porque está motivada. Nada explica, nada acrescenta ao episódio do comportamento e, finalmente, não há como manejar a motivação, alterá-la *diretamente* de modo que se possa considerá-la uma variável independente.

O correto seria dizermos que, em determinadas situações, a operação estabelecadora não foi *identificada* e não afirmar, como você o fez, que “não há nenhuma operação estabelecadora”. Um exame mais cuidadoso das relações entre os comportamentos da pessoa e o ambiente nos revelaria a presença da operação estabelecadora.

Vou lhe dar um exemplo. Uma criança de 10 anos estuda muito e tira excelentes notas na escola. Poderíamos dizer que estuda porque está motivada. Mas, olhando mais atentamente, identificamos que os comportamentos de estudar e seus produtos, quais sejam, boas notas, produzem elogios, admiração, prêmios etc. Ou seja, as consequências que os comportamentos produzem é que os estão mantendo; *não a motivação*. Mas pode ocorrer ainda que a criança tenha pais muito exigentes, que a criticam ou ficam magoados quando a nota do filho não corresponde ao que eles esperam. Neste caso, não é propriamente o elogio que mantém os comportamentos de estudar e de tirar boas notas, mas sim a prevenção das críticas e da decepção, ou seja, a criança se esquivava das consequências aversivas que notas ruins produziriam. Novamente, *não é a motivação* que está operando.

M – Nossa, isso tudo é complexo demais!

R – Complexo, mas apropriado. Quando a motivação interior é substituída por operações estabelecadoras, há ganhos que vão muito além do avanço conceitual. Há também avanços tecnológicos. Assim, quando alguém acredita que a motivação causa comportamento, ele fica com um problema prático insolúvel: como se faz para produzir motivação? Por outro lado, as operações estabelecadoras podem ser arranjadas de tal maneira que influenciam os comportamentos de formas previsíveis, controláveis. Operações estabelecadoras são operações que acontecem no ambiente. Não estão ocultas no interior conceitual das pessoas e inacessíveis a qualquer forma de intervenção.

Gostaria de afirmar, finalmente, uma frase que sintetiza esta discussão: temos que tirar de dentro da pessoa ou, mais especificamente, de um mundo mental interior, inventado, a determinação de sentimentos e de comportamentos, e colocar tal determinação no ambiente.

M – Você não está simplificando demais, colocando tanta ênfase no ambiente? Afinal, ambiente é o mundo fora do organismo, e o que se pode dizer dos determinantes dentro do organismo?

R – Vou esclarecer alguns conceitos. Em primeiro lugar, ambiente é um termo muito abrangente. Para fins de análise, podemos subdividi-lo, arbitrariamente, em unidades menores chamadas de estímulo. Estímulo só pode ser definido de modo funcional: é

aquele aspecto do meio ao qual o organismo responde. Tudo que pertence ao ambiente, mas não influencia o organismo, não tem função de estímulo.

Em segundo lugar, o que define o estímulo não é sua localização dentro ou fora do organismo. Estímulo é aquele evento que é externo à *resposta* e que mantém com ela relação funcional. Assim, quando uma pessoa, sob controle dos batimentos acelerados do seu coração, diz que está com medo de morrer, o estímulo que controla a resposta é um evento *dentro* do organismo, qual seja, a alta frequência dos batimentos cardíacos. Da mesma forma, quando uma pessoa sai prontamente de uma sala, dizendo; “Desculpem a minha saída, lembrei-me de um compromisso para o qual já estou atrasada...”, os estímulos antecedentes imediatos são o horário no relógio (ambiente externo ao organismo) e o comportamento de se lembrar do compromisso combinado (uma manifestação do organismo, mais precisamente um comportamento operante encoberto, que tem função de estímulo antecedente), que não é externo ao organismo, mas parte dele.

Finalmente, deve ficar claro que a expressão *determinantes dentro do organismo* se refere, exclusivamente, à localização do evento-estímulo (no caso, debaixo da pele) e não a uma outra natureza, não material, dos determinantes. Os eventos com os quais a Análise do Comportamento lida são todos da mesma natureza material, não importa se estão localizados dentro ou fora do organismo. Não há lugar, acho que estou me repetindo, na Análise do Comportamento, para eventos internos de outra natureza, que não a material. Trabalha-se, tão somente, com eventos confrontáveis.

M –Começo a entender melhor a extensão do poder das contingências de reforçamento... Com elas posso dispensar a busca de explicações dos comportamentos e sentimentos nos eventos intrapsíquicos, como sempre fui ensinada? Se as contingências de reforçamento sinalizadas pela luz fizeram você se sentir bem, confiante, então foram as contingências no escuro que deixaram você triste, irritado, agressivo... E basta!

R –Exatamente. No escuro estão operando *outras* contingências. As primeiras eram reforçadoras positivas; as segundas são adversas. O escuro sinaliza que, mesmo que eu emita a resposta de pressão à barra, eu não produzo água. Meu comportamento foi colocado em extinção e o que sinto é, necessariamente, diferente daquilo que sinto quando o reforço está acessível...

Como você pode ver, mãe, sempre vamos procurar entender como o comportamento funciona, buscando relações do organismo com o ambiente e não com um “mundo psíquico interior”.

M –Mudou a contingência de reforçamento, mudou o sentimento?

R –Isso, mãe. Outras contingências produzem outras manifestações corporais, logo, eu sinto outras coisas, e usamos um outro nome para o que a gente sente. É por essa razão que existem tantos nomes de sentimentos diferentes: alegria, tristeza, depressão,

autoestima, liberdade etc. Cada nome se refere a estados corporais produzidos por diferentes contingências de reforçamento positivo ou por contingências coercitivas.

M –Então, a contingência em operação, na ausência da luz, vai fazer você ficar um ratinho agressivo?

R –Sim, mas nem sempre e nem por muito tempo.

M –Explique-me isso melhor.

R –No início eu fiquei agressivo, chateado, desanimado, mas, aos poucos, sendo exposto mais e mais vezes à condição de extinção, meus respondentes foram diminuindo, se enfraquecendo, e desenvolvi um novo repertório de comportamentos: ao invés de morder a barra, passei a ficar quietinho, aproveitei esse tempo para cochilar, até a luz reaparecer. Desenvolvi paciência, tolerância à frustração e me tornei menos inquieto e mais tranquilo. Um pouco chateado, é verdade. Mas é uma condição suportável. Aliás, na vida não posso esperar apenas reforçamento positivo...

M –Quer dizer que quando você entende e consegue descrever as contingências que estão atuando, você se acalma?

R –Não exatamente, mas ajuda. Descrever as contingências, no entanto, não é o mesmo que ficar sob controle delas. É necessário ser exposto às contingências para que os comportamentos se modifiquem e para que eu sinta meu corpo (numa linguagem tradicional, para que os sentimentos apareçam). Não basta conhecê-las verbalmente. Não basta descrevê-las. Ter consciência significa descrever verbalmente as contingências e também ficar sob controle delas, isto é, se comportar e entrar diretamente em contato com as consequências dos comportamentos emitidos.

M –Rói, *antes* de ficar sob controle da luz (SD) e do escuro (SΔ), você já sabia tudo o que me explicou?

R –Não, mãe. Quando somos expostos às contingências de reforçamento, elas controlam nosso comportamento, quer saibamos descrevê-las ou não. Somos conscientes das funções dos eventos que compõem a contingência de reforçamento num sentido bem restrito: comportamo-nos *sistematicamente* sob controle de tais contingências, mas não sabemos descrevê-las verbalmente.

M –Mas você sabe descrevê-las com precisão e clareza...

R –No início, não! Eu pressionava a barra sob controle da luz; não a pressionava sob controle do escuro. Mas, se me perguntassem o que estava ocorrendo, eu não saberia dizer.

Há necessidade de uma comunidade social que cria contingências verbais, as quais instalam comportamentos verbais de descrição dos comportamentos que estão sendo emitidos e dos aspectos do ambiente que controlam tais comportamentos. É assim que se ensina uma pessoa a ficar sob controle de seus comportamentos e do que os determina.

M – Como assim?

R – Vou explicar. Alguém me pergunta: “Rói, o que você está fazendo?” “Estou pressionando a barra”, respondo. “O que a pressão à barra produz?” “Uma gota d’água”, continuo. Uma vez que estou acertando as respostas, então as questões continuam; se não acertasse, novas questões seriam feitas até eu descrever corretamente o que estava acontecendo... “Rói, o que a luz sinaliza?” “Ela me indica a ocasião em que, se eu pressionar a barra, posso produzir água!” “E o escuro, que função tem?” “No escuro, mesmo que eu pressione a barra, nunca produzirei água.”

Agora posso afirmar que estou ciente do que ocorre. Consigo descrever verbalmente as contingências sob as quais me comporto que produzem discriminação entre estímulos. Fala-se, então, que estou consciente do meu comportamento e do que o determina.

Vou lhe contar outra novidade, mãe. As pessoas acham que a gente discrimina automaticamente as reações do corpo que são produzidas pelas contingências de reforçamento e que, conseqüentemente, a gente sabe nomear os estados corporais internos e, finalmente, nomear os sentimentos, sem nenhuma contingência de reforçamento adicional.

M – Ora, não é assim mesmo que funciona?

R – Não! Não! Para saber que comportamento estou emitindo e o que sinto no meu corpo, é preciso algo mais: as contingências verbais arrançadas pela comunidade social. Sem interagir com uma outra pessoa, o indivíduo seria permanentemente inconsciente (no sentido de não ter ciência, não ter conhecimento) de quais são seus comportamentos e pelo que eles são determinados.

Em outras palavras, é a comunidade social que cria contingências de reforçamento verbais, que instalam o comportamento de sentir o próprio corpo e que produzem o relato verbal sob controle do sentir. Uma pessoa aprende a discriminar estados e respostas corporais e a nomeá-los com frases, tais como “sinto-me bem”, “sinto-me ansioso”, “sinto-me feliz”, “sinto-me satisfeito” etc., graças à atuação da comunidade verbal. Cabe a esta comunidade dispor de contingências de reforçamento verbais, para que a pessoa fique sob controle das ações do seu corpo e dos aspectos do ambiente que produziram tais manifestações corporais. A precisão com que a pessoa nomeia o que sente, depende da precisão com que a comunidade verbal instala e mantém o comportamento de nomear. Tal precisão está intimamente relacionada com o acesso que a comunidade verbal tem à interação entre antecedentes, respostas e conseqüências por elas produzidas. A discriminação da interação dos três termos das contingências de reforçamento é pré-requisito para colocar o comportamento da comunidade verbal (de

nomear o sentir) sob controle adequado de estímulos. Tal discriminação permitirá à comunidade instalar no ouvinte o comportamento de sentir e de nomear o que sente.

M –Então, não nasço sabendo quando estou feliz ou triste?

R –Exatamente. Seu corpo reage às contingências de reforçamento a que foi exposto, mas detectar o sentir e nomeá-lo depende da comunidade verbal.

M –Complicado, Rói...

R –Fascinante, mãe...

M –Com toda essa sua compreensão, até imagino o que acontece com você durante as sessões. Veja se não estou certa. Você pensa assim: “Oba! A luz está acesa; é só pressionar a barra e conseguirei água”. Ou então: “Xi! A luz está apagada. Toca esperar até acenderem a luz”. Não é assim que funciona?

R –Os pensamentos que você mencionou, mãe, de fato podem ocorrer. No entanto, não é...

M –Aí chego a concluir, Rói, que o pensamento é muito poderoso: a gente pensa e o pensamento comanda nossos comportamentos. O meu raciocínio é lógico, não é, filho? O pensamento vem antes... Trata-se de uma relação determinista absoluta e necessária: há uma causa e ela produz um efeito. O pensamento é a causa e o comportamento, determinado por ele é o efeito.

R –Mãe, sinto decepcioná-la. Não é assim que funciona. Não é a cognição, o pensamento, que conduz nossas ações. Você é uma ratinha cognitivo-comportamental! Vá lá... apesar desse seu... como posso dizer? Ah... seu deslize conceitual, eu a amo mesmo assim. Você é linda, mãe!

M –Deslize? Qual deslize? Pode me explicar?

R –A Análise do Comportamento não adota o modelo de explicação da Física clássica. Adota o modelo darwiniano de seleção do comportamento pelas consequências.

M –Como assim?

R –O conceito de “causa e efeito” deve ser abandonado. O modelo biológico propõe que o comportamento ocorre e produz consequências. Tais consequências *selecionam* o comportamento que as produziu. Pressiono a barra e tal comportamento produz água. Outros comportamentos que ocorrem, ou poderiam ocorrer, na caixa experimental *não* produzem a consequência reforçadora específica, água. O que se observa é que a pressão à barra é selecionada, sua frequência aumenta e se mantém em frequência acima do nível

operante, enquanto os outros comportamentos se enfraquecem ou cessam de ser emitidos.

Não cabem na presente conceituação de controle do comportamento noções tais como: intenção, propósito, motivação, causa antecedente, como explicações para a ocorrência, manutenção ou fortalecimento do comportamento. O comportamento é função das consequências que produz; não de quaisquer eventos antecedentes e nem de conceitos internos inventados.

M –Você está sendo incoerente, Rói! Você acabou de dizer que o SD é a ocasião em que a resposta, se for emitida, poderá ser reforçada. SD não é antecedente? E não é a causa que leva o ratinho a pressionar a barra?

R –Você não pegou nenhuma incoerência minha, mas com certeza me alertou que é preciso explicar melhor esse ponto. A luz adquire a função de SD apenas e tão somente quando passa, sistematicamente, a fazer parte da contingência de reforçamento positivo. Ou seja, a luz inicialmente não tem a função específica de SD; tal função é adquirida graças a sua associação com o reforço. Por outro lado, se nunca mais uma resposta produzir reforço na presença da luz, a luz perde a função de SD.

Outro ponto, enquanto a luz for mantida com a função de estímulo discriminativo, ela *estabelece a ocasião*, isto é, *umenta a probabilidade* de a resposta reforçada ser emitida. Note que eu não disse que ela causa, nem que ela determina a ocorrência da resposta. Tanto é assim, que a contingência de discriminação inclui um traço entre o SD e a resposta; e uma seta entre a resposta e a consequência, para diferenciar as relações de controle. Assim: SD — R → SR+ e Sr+.

M –Agora eu entendi. É sutil, mas é claro. A luz nunca pode determinar ou causar um comportamento...

R –Bem, vou complicar um pouco mais. A luz como antecedente, com função de SD, é apenas um evento que sinaliza que é a ocasião etc... (não preciso repetir, não é, mãe?). Por outro lado, a luz, enquanto se mantiver com função de SD, ela também adquire e mantém a função de estímulo reforçador condicional (ou condicionado). Isto é, a luz adquire a função de reforço por estar sendo associada, apresentada antes e durante a liberação do reforço (tal procedimento foi desenvolvido primeiramente por Pavlov, que associava um som com alimento oferecido ao cachorro em situação experimental). A luz, com dupla função, (SD e Sr+, ambas adquiridas), pode ser apresentada contingente a uma resposta e instalar ou fortalecer a resposta que a produz.

M –Ai meu Rato Santo!... Você pode me dar um exemplo?

R –Suponha, mãe, que eu estou no escuro, em plena vigência do horrível e desagradável e detestável e... (chega, né?) SΔ. Agora me permitem uma alternativa: se eu emitir a resposta de puxar uma corrente, que está fixada no teto da caixa experimental, eu

produzo o aparecimento do SD: e... a luz se fez! O que você acha, mãe, que ocorrerá com minha resposta em relação à corrente no escuro? Ela vai ocorrer prontamente e será fortalecida. Puxar a corrente foi selecionada pela luz com função de $Sr+$. Certo?

Preste atenção, porém. Nesta situação, aqui descrita, a luz não é mais um evento antecedente, mas conseqüente à resposta de puxar a corrente. (A luz continua, no entanto, a ser evento antecedente para a resposta de pressão à barra).

Posso resumir no seguinte paradigma, dividido em duas etapas:

1. escuro — puxar a corrente → luz ($Sr+$)

A condição escuro tem dupla função: é a ocasião em que, se eu puxar a corrente, então produzirei o SD (escuro é SD para puxar a corrente) e o escuro é também ocasião na qual a resposta de pressionar a barra não será reforçada (é $S\Delta$ para a resposta de pressionar a barra). A conseqüência luz tem função de estímulo reforçador condicionado, que se manterá enquanto for mantida a segunda etapa.

2. luz — pressionar a barra → água ($SR+$)

A condição luz tem a função de SD para a resposta de pressionar a barra, que, ao ser emitida, produzirá o reforço.

Sua questão, mãe, nos levou para longe, mas não quero perder o “fio da meada”, como dizia minha avó. Vamos voltar ao tema do papel do pensamento, que é o que estava nos fascinando.

R –Você acredita que o pensamento tem uma função causal: você crê que mudamos os comportamentos e os sentimentos das pessoas, mudando suas crenças, seus pensamentos, enfim. Uma frase de um filósofo grego (Epiteto) resume a proposta central da abordagem cognitiva: “nós não sofremos pelos fatos, mas pelo que pensamos sobre os fatos” (equivocada e, infelizmente, muito divulgada e aceita).

M –Eu concordo com esse grego, Rói. Se eu pensar uma coisa ruim em relação a determinado evento, vou sofrer; se pensar em algo bom, não. Pelo contrário, vou me sentir bem. Se uma pessoa pensa que a morte é um momento de libertação, de crescimento espiritual, então, seus sentimentos e comportamentos em relação à morte serão positivos. O sofrimento relacionado a ela será muito diferente daquele vivenciado por alguém que pensa que a morte é o fim da existência, que com ela ocorrerá uma perda definitiva e absoluta.

R –Tudo bem, mãe. Mas isso não significa que aquilo que penso *causa* comportamento ou sentimento. Pensar é comportamento como qualquer outro, sujeito às mesmas leis... ou seja, é necessário explicar, encontrar os determinantes do próprio pensamento.

M –Rói, não sei se concordo inteiramente com você. Quer ver um exemplo? Eu não teria coragem de roubar (emitir um comportamento), porque acredito que não está certo me apropriar de uma coisa que não é minha... Como você pode concluir, eu não roubo porque *penso* que isso é errado.

R –Mãe, dá gosto conversar com uma ratinha tão inteligente. Você argumenta muito bem. Vou apresentar uma visão alternativa à cognitiva para o episódio comportamental que você trouxe como exemplo.

A comunidade verbal elabora enunciados na forma de regras ou mandamentos, como: “Não roubarás!” A regra pode ser redigida na forma de uma contingência de reforçamento do tipo *se... então*, tal como: se você roubar, então a consequência produzida por tal comportamento será aversiva para você.

As regras têm a função de SD ou SD punitivo para o comportamento do ouvinte. Desta maneira, comportamentos podem ser guiados por regras. O que mantém os comportamentos guiados por regra? A consequência prevista na regra e a consequência apresentada pela comunidade social, contingente ao comportamento de ficar sob controle de regras. Note que, às vezes, as duas consequências ocorrem, mas em outras ocasiões não. Quando a regra é supersticiosa ou incompleta, a consequência por ela descrita não acontece. Não obstante, a pessoa pode perseverar em segui-la pela consequência social produzida pelo comportamento de estar sob controle da regra. Mais ou menos, faço o que a regra me diz que devo fazer e as pessoas (aquelas que concordam que a regra deve ser seguida) me gratificam, me valorizam etc.

M –O que tem a ver com supersticiosa?

R –Quando a mãe diz “se você sair lá fora com essa ventania, (então) vai ficar com tosse” a criança pode submeter-se a tal regra. E o que acontece? De fato, a mãe pode dizer ao filho “obediente”, que ele é uma doçura, afinal a obedeceu sem questioná-la. Assim, o comportamento de ficar sob controle da regra é consequenciado, de forma arbitrária, pelos elogios e afagos da mãe. Mas o que se pode dizer quanto à consequência (tosse) prevista pela regra? Uma vez que a criança não entrou em contato com o vento e não ficou com tosse, a regra está, *aparentemente*, correta. Mas, se tivesse tomado vento, teria adoecido? Esta possibilidade não foi testada. E, se tivesse tomado vento e ficado com tosse, teria sido o vento o fator determinante da tosse? Será que, se estivesse no início de um problema respiratório, por exemplo, não viria a ter tosse mesmo sem o vento? A criança não se fará tais perguntas. Pode, portanto, concluir que não ficou com tosse porque não tomou vento. Estabeleceu uma relação supersticiosa que valida a regra, sem de fato tê-la avaliado. Provavelmente, no futuro ela poderá ter seu comportamento guiado pela regra supersticiosa, mesmo na ausência da mãe e sem ser mais influenciado por quaisquer consequências sociais vindas dela.

R –Hoje vieram alguns alunos de pós-graduação visitar o laboratório. Estive em lugar de destaque; a professora disse: “Esse é o Rói, de quem lhes falei!” Acho que falaram bem de mim. Uma das alunas olhou para uma colega e disse: “Lindinho ele, não?” Estou mencionando esse fato porque aprendi umas coisas a mais sobre regras, que eu não sabia! Uma aluna comentou: “Estou aprendendo sobre regras, autorregas, pensamento não causa comportamento, e queria saber: quando o Rói aprendeu a discriminar SD de

SΔ, ele passou a se comportar sob controle de uma regra: se pressionar a barra na presença da luz, ganho água; se pressionar na ausência, ela não vem...?”

A professora explicou com mais clareza o seguinte: sujeitos infra-humanos não são controlados por contingências verbais. Elas são válidas apenas para indivíduos humanos que pertencem a uma comunidade socioverbal.

R –Não se ofenda, mamãe. Os humanos não sabem que nós pertencemos a uma comunidade verbal muito própria...

R –Aí a professora continuou: “O Rói se comporta sob controle de contingências de reforçamento às quais é **diretamente exposto**; os humanos podem se comportar sob **controle de descrições** das contingências, sem, necessariamente, se exporem a elas.

A aluna insistiu: “Mas como os humanos se comportam sem se exporem às contingências? Basta ouvi-las?”

“Não basta ouvi-las”, continuou a professora. Comecei a aprender coisas da pré-graduação. Ela explicou assim: “Alguém que tem poder ou influência sobre uma pessoa, por exemplo os pais de uma criança de oito anos, dizem: ‘Se você estiver resfriado, então não pode tomar sorvete, porque vai piorar do resfriado e ter dor de garganta.’ A criança, mesmo querendo o sorvete, obedece aos pais. O comportamento guiado por uma regra, cuja consequência por desobedecer será aversiva (vem um castigo), é chamado de comportamento selecionado por **aquiescência**.”

M –Entendi, Rói. A criança é boazinha e obedece aos pais.

R –Sim, mamãe, mas ela nunca vai saber se a regra é verdadeira ou não: não toma o sorvete, melhora do resfriado e fica com a impressão de que a regra é verdadeira; não toma o sorvete e tem dor de garganta – aí vem a dúvida: “Como é, mãe? Não tomei o sorvete e estou com dor de garganta!”

M –Sim. Mas a mãe poderia manter sua regra, insistindo: “Se não tivesse tomado o sorvete, a garganta não teria pus e você não teria febre... Você quer dizer que a segunda alternativa – a garganta doeu – mostra que a regra pode não ser verdadeira?”

R –Isso, mãe, mas a verdadeira prova viria se ele tomasse sorvete (não fosse aquiescente) e não tivesse dor de garganta.

M –Mas ele poderia tomar e ter dor de garganta. Aí daria razão para o conselho da mãe.

R –Sim, aparentemente sim. Porque ainda resta a possibilidade de a dor de garganta ser parte do processo de infecção que não tem nada a ver com sorvete. Seriam necessárias outras observações para a conclusão final. Por exemplo, perguntar para o pediatra e ouvir a orientação dele seria uma possibilidade.

R –Mas o que importa, mãe, foi a frase final da professora: “Uma regra inclui uma consequência final que **precisa ser testada**. A aquiescência não conduz a pessoa ao teste de realidade e assim a regra permanece sempre como uma hipótese ou crença.” O teste de realidade seria chupar sorvete, tomar refrigerante gelado, expor-se ao frio e ao vento (com certeza, agasalhado) etc. Ou seja, fazer vários testes da precisão da regra. O comportamento sob controle de uma regra que testa – de várias maneiras a realidade – chama-se **rastreamento**.

M –Entendi, filho! O Rato Sábio, agora não mais entre nós, costumava dizer, quando lhe perguntavam se os gatos eram perigosos: “Gatos são dóceis e amigáveis é uma regra divulgada e defendida pelos gatos. Não se iludam, porém; o teste de realidade mostra o oposto.” Depois do que você me disse, eu poderia dizer: não sejam aquiescentes porque a aquiescência beneficia quem enuncia a regra, não quem se submete a ela!

R –Perfeito, mamãe! Porém, nesse exemplo, deveríamos dizer “Não sejam aquiescentes às regras apresentadas por pessoas do mal, nem façam teste de realidade para certificar-se de sua verdade!”

R –As pessoas do bem, como os cientistas, por exemplo, elaboram regras que evitam o mal e neste caso devemos aquiescer a elas (“Não permaneça em ambiente fechado com o motor do carro ligado porque o CO pode matá-lo”); e anunciam o bem e, neste caso, podemos rastrear suas orientações (“Você está com uma infecção bacteriana e deve tomar um antibiótico de oito em oito horas, durante sete dias”), o que envolve aquiescência (tomarei o antibiótico) e rastreamento (de oito em oito horas, durante sete dias consecutivos).

Posso ser repetitivo nesses conceitos... são complexos, mas tenha paciência, mãe! Tive dificuldades para entender algumas particularidades de regras e autorregras e o que as mantêm. Vamos lá!

R –As consequências contidas nas regras podem ser reforçadoras positivas, como no dito popular “quem tem boca vai a Roma” (se você falar ou emitir outros comportamentos da mesma classe funcional, então obterá uma consequência reforçadora positiva); ou aversivas, tal como expresso na outra versão do mesmo dito popular “em boca calada não entra mosquito” (se você se calar ou emitir outros comportamentos da mesma classe funcional – baixar a cabeça e fazer um ‘sim’ com a cabeça, então não produzirá consequência aversiva; ou, se você falar ou emitir outros comportamentos da mesma classe funcional – discordar do que foi dito, por exemplo, então produzirá consequência aversiva).

As regras pronunciadas pelo falante, inicialmente, guiam o comportamento do ouvinte (do outro); no entanto, elas podem vir a ter função de SD emitidos pela própria pessoa que se comporta sob controle daquela regra, ou seja, o falante, que pronuncia a regra, e o ouvinte, que tem seu comportamento guiado por ela, são a mesma pessoa. Vou tentar deixar esta distinção mais clara: não se trata de entender regra como algo externo à

pessoa, que passa a controlá-la, enquanto que autorregra é algo interno à pessoa que passa a guiar seus comportamentos. São ambas produtos de contingências ambientais: a origem da regra é comportamento verbal de outra pessoa (aprendi a regra com alguém ou com instituições do meu ambiente socioverbal, tal como religião, por exemplo); a origem da autorregra é comportamento verbal da própria pessoa, que ocorre sob controle de contingências às quais se expõe e que ganham a forma de um enunciado. Assim, “Amar ao próximo como a si mesmo” e “Roupa suja se lava em casa” são exemplos de regras; a primeira é bíblica e a segunda é tradição familiar.

“Sempre que bebo álcool, por pouco que seja, meu rendimento nas corridas cai drasticamente...”; “Não me fale de maus tratos com animais porque perco o sono noites seguidas...” são autorregras. A autorregra assim formulada não foi autogerada, alheia a influências externas, mas é um comportamento que emergiu sob controle das contingências de reforçamento, que a regra se propõe a sistematizar, ou seja, foi instalada por eventos ambientais, como qualquer comportamento, e não produzida por alguma entidade “interna” com função autoiniciadora.

R –Como você pode ver, mãe, no seu exemplo, o comportamento da pessoa, de não roubar, está sob controle das consequências enunciadas na regra (ou autorregra) ou está sob controle da pessoa que a enuncia. Ambas as consequências são fundamentalmente parte do ambiente externo à pessoa que se comporta e as regras e autorregras têm a função de SD. Logo, é impróprio conceitualmente dizer que os pensamentos, as regras ou as autorregras *causam* comportamento.

M –Depois dessa sua exposição, Rói, acho que não há como defender o pensamento como causa de comportamento.

R –É preciso que isso fique claro, mãe, pois é um aspecto que, embora sutil, é fundamental. No entanto, dá, sim, para defender as manifestações do ser humano, às quais se dá o nome de pensamento... pensamento é essencialmente comportamento. O que não se deve defender é a *função causal* do pensamento, conforme a propõe a versão cognitivo-comportamental.

O que encanta nas versões cognitivo-comportamentais é sua aparente consistência lógica... Mas o comportamento não é lógico... ele é previsível, sujeito a leis, controlável, mas isso não tem nada a ver com a Lógica.

Em segundo lugar, é uma volta ao modelo de explicação de causa-efeito, mecanicista... bem, mãe, não há mais porque insistir nesta discussão... Estamos falando em modelos alternativos, diferentes, e não em modelos complementares. Se são alternativos, cada qual trabalha com o seu, numa boa!

Pensamento não tem geração espontânea dentro da gente. É comportamento instalado por contingências da história de interação da pessoa com seu ambiente e mantido por contingências atuais.

R – Agora me ocorreu lhe fazer uma observação, mãe. Você se lembra que, um pouco antes, você deu exemplos dos pensamentos que eu tinha (ou melhor, você achava que eu tinha) na caixa experimental, os quais, segundo você, causaram meus comportamentos?

M –Lembro-me perfeitamente: “Oba! A luz está *acesa*; é só pressionar a barra e conseguirei água”. Depois eu completei: “Xi! A luz está apagada. Toca esperar até acenderem a luz.”

R –Você notou que os pensamentos que você citou são exatamente as descrições das contingências que estão atuando? São elas que determinam todos os comportamentos... até os pensamentos. Quer uma demonstração? Suponha que as consequências da pressão à barra sejam invertidas: na presença da luz não haverá reforçamento e no escuro sim (desde que a resposta ocorra).

O que vai acontecer? Os pensamentos, que você supôs que eu tinha na presença do SD e que teriam me levado a pressionar a barra, não mais controlarão o meu comportamento de pressioná-la *na presença da luz* (que passou a ter função de $S\Delta$). Por outro lado, não mais permanecerei quieto, imóvel, longe da barra no escuro (que passou a ter função de SD), mas começarei a pressionar a barra. Por quê? Porque as consequências mudaram. Os pensamentos não são poderosos; as consequências sim.

Em segundo lugar, os pensamentos mudarão na exata direção das mudanças das consequências. Ou seja, eles são influenciados e determinados por elas. Agora eu vou pensar: “Xi, a luz está acesa. Toca esperar até apagarem a luz”. “Oba! A luz está *apagada*; é só pressionar a barra e conseguirei água”.

O máximo que os pensamentos podem fazer é descrever as contingências que controlam o comportamento de pressionar a barra; nunca produzir pressão à barra. Neste sentido, os pensamentos fazem parte dos elos que compõem o encadeamento de respostas, a que chamamos de “pressão à barra”. Assim como aproximar-se da barra é um elo pré-requisito para levantar a pata e tocar a barra, o qual, por sua vez, é um elo pré-requisito para pressionar a barra e assim por diante. No entanto, aproximar-se da barra não é “causa” de pressioná-la...

O pensamento é um elo sim; mas nada além disso. Faz parte do encadeamento e, em muitos casos, nem sequer é um elo indispensável. Ou seja, o encadeamento não se rompe se tal elo (o pensamento) for omitido. Muitas vezes, uma pessoa dirige o carro do trabalho até sua casa e nem se dá conta do trajeto; não “sabe” se respeitou os semáforos, as placas de trânsito etc. O encadeamento de dirigir, neste exemplo, dispensa os pensamentos como elos necessários para a harmoniosa emissão de todo o encadeamento de respostas.

R –Explico um pouco mais. Pensar, agir e sentir são *todos* comportamentos produzidos pela mesma rede de contingências de reforçamento. Pensar não possui um *status* privilegiado em relação às demais classes comportamentais: não é de natureza diferente dos demais (todos os comportamentos são manifestações do organismo em interação com o ambiente) e, tampouco possui funções diferenciadas. Em outras palavras, dado um

determinado evento na vida de uma pessoa – digamos, como você mencionou, mãe, a morte de alguém querido –, o que ela *pensa* sobre a morte, o que *faz* em relação a ela e o que *sente* nessa situação, formam um único *bloco* de diferentes classes de respostas ou de comportamentos, particular para essa determinada pessoa, o qual será diferente para outro indivíduo exposto ao mesmo tipo de acontecimento (morte de um ente querido), mas exposto a outras contingências de reforçamento sobre o conceito de morrer. O conjunto de comportamentos é produto da rede de contingências que teve início no passado e se desenvolveu durante a existência da pessoa. Tal rede compreende um conjunto funcional e interligado de determinantes de comportamentos.

R –Mas há ainda uma questão prática. Como se faz para mudar os pensamentos? Só há um caminho: mexendo nas contingências que os mantêm. Não se lida diretamente com o pensar, mas com as contingências de reforçamento das quais o pensar é função.

M –Mas a gente mudando o pensamento, muda o resto...

R –Sim, porém o pensamento não tem a função que lhe é atribuída. A frase ficaria melhor, se fosse redigida da seguinte maneira: “a gente muda o pensamento junto com o resto...”. Insisto nesse ponto. O pensamento é um *elo* de uma cadeia de respostas, a qual inclui outros elos, alguns anteriores a ele, outros sucessivos a ele, tais como agir e sentir. Mudando um elo da cadeia, muda-se o encadeamento. Isso não significa, porém, que a mudança do primeiro elo é causa da mudança dos elos sucessivos. As contingências que mudaram o primeiro elo são as mesmas que mudam todo o encadeamento.

M –Continua confuso para mim...

R –Vou tentar deixar mais claro com um exemplo trivial. Se uma pessoa for convencida de que tomar leite com manga lhe fará mal (uma crença ou pensamento instalado por alguém socialmente relevante na vida dela), ela não tomará suco que contenha leite e manga. Se, no entanto, for convencida de que tal crença é incorreta, mudará sua crença ou pensamento (primeiro elo do encadeamento), preparará um suco com leite e manga (segundo elo) e o beberá (terceiro elo). Como consequência, provavelmente, constatará que a bebida não lhe faz mal e é saborosa.

Pergunto-lhe, mãe, o que fez a pessoa mudar o comportamento de tomar o suco? A mudança do pensamento sobre o perigo de ingerir leite com manga, as contingências sociais (os esclarecimentos prestados por alguém da confiança da pessoa) ou as consequências finais de ter ingerido o suco?

M –Estou pensando... Você poderia me ajudar?

R –Duas das três alternativas a fizeram mudar. A primeira foi o controle pelo antecedente (o comportamento verbal da outra pessoa assegurando que a mistura não é prejudicial), o qual tornou mais provável a mudança de toda a cadeia de respostas (da qual o

pensamento é só o *primeiro* elo). Foi também a consequência final, a qual confirmou que a instrução oferecida estava correta. Sem a instrução, não haveria variabilidade comportamental; se a consequência tivesse sido aversiva, o comportamento de seguir a instrução não se manteria. Não foi a mudança da crença, embora, de fato, o pensamento tenha mudado. O pensamento é o primeiro elo da cadeia de respostas e, por ser o primeiro, *dá a impressão* de que é *causa* das mudanças dos elos seguintes. Nada disso; todos os elos mudaram por um determinante comum a eles. Quer outro exemplo? Mãe, temo estar sendo prolixo e repetitivo...

M –Não, filho. Meus neurônios agradecem sua insistência... preciso formar novas sinapses para compreender tanta coisa nova!

R –Veja o que ocorre comigo. Olho para a barra (1º elo) e penso: “devo me levantar para alcançá-la” (2º elo); me levanto e a toco com as minhas patinhas (3º elo); em seguida, penso: “não basta tocá-la, é preciso pressioná-la até ouvir o som do mecanismo” (4º elo); pressiono a barra (5º elo)... vejo a gota d’água (6º elo); penso: “Boa, garoto! Você conseguiu. Vá lá e beba” (7º elo). Abaixo-me até o bebedouro (8º elo) e lambo a gota (elo final).

R –Mãe, note que os pensamentos fazem parte do encadeamento. Nada, além disso; não têm função causal. Deve ser feita, em seguida, a seguinte questão: por que penso exatamente o que pensei? Por que fiz precisamente o que fiz? *Porque o último elo mantém toda a cadeia.* A água dá significado para a barra e para cada elo (seja pensamento ou ação motora) do encadeamento.

Pense no seguinte, mãe. A partir do momento em que meu comportamento não produzir mais a gota d’água, meus pensamentos mudarão (“Não adianta mais pressionar a barra”, por exemplo) e minhas ações sob controle da barra também (deixarei de pressioná-la). Foi a mudança na consequência reforçadora final que produziu todas as alterações, quer nos pensamentos, quer nos atos motores. O pensamento foi mudado, sim; mas ele não foi *causa* de nenhuma mudança. Busque a determinação dos comportamentos no ambiente e não no próprio comportamento. Busque o significado do comportamento não nas características do comportamento, em si, mas nas consequências que ele produz.

M –E os sentimentos que ocorrem durante o encadeamento?

R –Funcionam exatamente da mesma forma. Sinto alterações no meu corpo em função das contingências. Quando a luz se acende (SD), sinto meu corpo de tal forma que posso descrevê-lo dizendo que “me sinto bem”, “animado”; quando a luz se apaga (SΔ), sinto meu corpo de tal maneira que posso descrevê-lo dizendo que me sinto desanimado, frustrado. Não é o primeiro tipo de sentimento (“animado”), que me faz pressionar a barra, mas a água. Nem é a segunda classe de sentimento (“desanimado”), que me leva a não pressionar a barra, mas a inacessibilidade da consequência.

“Sentir-me bem” é determinado pela interação entre luz — pressão à barra → e água (contingência). “Sentir-me desanimado” é determinado pela interação entre escuro — qualquer resposta (mesmo pressão à barra) ✗ impossibilidade de produzir água. Mãe, se não ficou claro, então eu desisto de lhe explicar... por hoje.

M –Rói, você merece um beijo... não vou mais insistir que a mudança do pensamento causa mudanças nos comportamentos nem nos sentimentos que se seguem a eles. Afinal, comportamento não causa comportamento. Também sentimento não causa comportamento! Meu filho, você é super claro nas suas explicações. Você deveria dar aulas na Universidade...

R –De certa forma, é isso mesmo que eu faço. Posso concluir da seguinte maneira: pensamento também é comportamento. É tão determinado pelas contingências de reforçamento quanto o comportamento de pressionar a barra e o comportamento de sentir meu corpo.

R –Nossa, falamos sobre tantas coisas. Vou resumir o essencial da nossa conversa nos paradigmas abaixo.

Para compreendermos um comportamento, há necessidade de termos acesso e de sistematizarmos informações em pelo menos três níveis: história de contingências, operação estabelecadora presente e contingências de reforçamento em funcionamento. Compreender, vale a pena explicitar, significa detectar as variáveis das quais o comportamento, que é objeto de interesse, é função, ter acesso prático a tais variáveis e alterá-las, se for relevante influenciar o comportamento em estudo, de modo a produzir mudanças comportamentais desejáveis.

História de Contingências

R –História de contingências é o nome dado às interações a que a pessoa foi submetida durante seu processo de desenvolvimento, a qual produz as funções dos estímulos e instala comportamentos. Graças à história de contingências, no exemplo de minha própria vivência, a luz adquiriu a função de SD, o escuro a função de SΔ e a resposta de pressão à barra foi selecionada a partir de sua relação com o ambiente, qual seja a de produzir o reforço. Nenhum ratinho que não mora neste biotério e não tem aulas como nós interage com luz, barra e gota de água como nós. Eles têm diferentes histórias de contingências... Torna-se uma resposta com alta probabilidade de ocorrência na vigência da operação estabelecadora e na presença do SD.

Operação estabelecadora

R –Procedimentos que alteram o valor reforçador do reforço e, como tal, tornam o organismo sensível aos manejos dos parâmetros das contingências de reforçamento. No meu caso, a operação estabelecadora foi a privação sistemática de água, procedimento

que aumenta o valor reforçador da água e atualiza as funções de SD e SΔ dos estímulos antecedentes. Sem a privação, a água passa a ser um estímulo, pode-se dizer, neutro, e a luz e o escuro não têm funções de SD, nem de SΔ, respectivamente. Restaurada a privação, os estímulos readquirem suas funções aprendidas.

Tríplice contingência

Procedimento: reforçamento positivo discriminado

Antecedente	Respostas	Consequência
luz com função de SD	<p>operante público: pressão à barra</p> <p>respondentes encobertos: taquicardia, ritmo respiratório alterado (não observados publicamente).</p> <p>respondentes públicos: eriçar os pelos, urinar, defecar (ocorrências eventuais)</p> <p>pensamentos (operantes): “A luz está acesa: é hora de pressionar a barra.”; “Vamos lá garoto: produza sua alegria líquida.”</p> <p>sentimentos: (operantes e respondentes): sentir o próprio corpo alterado pelas contingências em operação e emitir enunciados, tais como: “Estou feliz!”; “Sinto-me bem!”; “Estou confiante!”; “Adoro estar aqui!”; “Adoro o que faço!” (tais frases são emitidas publicamente ou num nível encoberto, sob controle dos eventos corporais e das contingências de reforçamento que os produzem).</p>	água

Procedimento: extinção operante discriminada

Antecedente	Respostas	Consequência
escuro com função de SΔ	<p>operantes públicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> no início: morder a barra, pressioná-la com maior intensidade e maior frequência, aumentar a variabilidade comportamental. após algumas sessões: deitar-se, coçar-se, andar 	água inacessível

	<p>pela gaiola, manter-se afastado da barra.</p> <p>respondentes públicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> no início: defecar, urinar, arrepiar os pelos. após algumas sessões: respostas autonômicas “normais”, em geral em nível encoberto. <p>Pensamentos (operantes):</p> <ol style="list-style-type: none"> no início: “Por que a barra não está funcionando?”; “Será que a barra quebrou?”; “O que estou fazendo errado?”; “Sou mesmo azarado. Veja o que acontece comigo. É sempre assim: nada dá certo.”; “Maldita barra.”; “Vou dar umas porradas na barra.” após algumas sessões: “Quando a luz está apagada a barra não funciona” ; “Não adianta pressionar a barra no escuro. Minha resposta não vai produzir água mesmo!” É melhor me acalmar, repousar e esperar até a luz ser acesa outra vez.”; “A vida nos põe em prova”; “Não sei porque os homens precisam nos submeter a tal infortúnio... resta me conformar”. <p>sentimentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> no início: sentir o próprio corpo alterado pelas contingências em operação e emitir enunciados, tais como: “Estou com raiva.”; “Sinto-me inseguro.”; “Sinto-me desanimado.”; “Não gosto de estar aqui.”; “Não gosto de minha vida.” após algumas sessões: “Sinto-me frustrado, é verdade, mas é passageiro.”; “Vou me manter relaxado. É difícil esperar, mas sinto-me esperançoso. Já, já, as contingências mudarão.”; “Tenho que ser paciente.”; “Tenho que desenvolver tolerância à frustração.” (Tais frases são emitidas publicamente ou num nível encoberto, sob controle dos eventos corporais e das contingências (de ausência) de reforçamento que os produzem. 	
--	---	--

M –Rói, meu querido, acho que você tem de quem herdar tantos comportamentos inteligentes. Você não conheceu seu pai, mas...

R –Mãe, você pode se lembrar com carinho dos comportamentos do meu pai, mas nós não herdamos comportamentos. Você, que desde meu nascimento não se afastou de mim, foi muito mais determinante na modelagem e manutenção dos meus comportamentos do que qualquer outro ser murino.

Apenas respostas típicas da espécie, selecionadas pelo primeiro nível de seleção, ocorrem, na sua manifestação original, sem depender de aprendizagem. Apresentamos tais respostas pelo fato de termos sido dotados de carga genética específica que se expressa num ambiente razoavelmente estável, semelhante àquele em que o organismo foi selecionado.

Os comportamentos sobre os quais estamos falando neste nosso bate-papo, foram selecionados pelo segundo nível de seleção: são próprios de cada indivíduo particular da espécie. Desta maneira, foi o ambiente – físico e social – que selecionou, modelou, manteve os padrões de comportamentos, que tenho apresentado. Meu pai, que foi afastado do nosso convívio tão logo você ficou prenhe, nada tem a ver com meu desenvolvimento comportamental.

M –Mas, Rói, alguns dos seus comportamentos foram instalados pelos humanos. As ações humanas fazem parte do ambiente social ou físico?

R –Você me apertou, mãe! Sei lá! O que posso afirmar é que foram instalados pelas consequências que produziram no ambiente. Adjetivar o ambiente como social ou físico, como se vê, é arbitrário e, como tal, não é uma característica essencial para a compreensão do processo de seleção do comportamento pelo meio. De qualquer maneira, meus comportamentos foram mesmo modelados por organismos humanos, portanto, de espécie diferente da nossa. Costuma-se reservar o termo social para a influência (comportamental) que um organismo exerce sobre outro organismo da mesma espécie. Quando um cachorro “pede” comida para seu dono e este lhe dá uma cumbuca com ração, não se diz que é um exemplo de “mando” verbal do cachorro. Da mesma maneira, quando o dono diz para a sua cachorrinha amada: “Júlia, vá buscar o jornal para o “papai”, e ela traz correndo as horríveis notícias dos dias de hoje, que aterrorizam os humanos (e, cá entre nós, revelam quão pouco os tais “humanos” entendem de comportamento!), impressas em folhas de papel, não se deve afirmar que o dono da Júlia e ela estão conversando... não se trata de comportamento verbal, embora o SD para a Júlia emitir o comportamento de “trazer o jornal” seja oral.

R –Vamos voltar ao papel do organismo. É no organismo que a gente observa a função das contingências de reforçamento. As respostas de primeiro nível de seleção, tais como respirar, deglutir, excretar, secretar, os reflexos e muitos outros são características do organismo vivo. Os demais comportamentos, que são particulares de cada indivíduo, são instalados pela interação diferencial do organismo com o ambiente e, de tal interação,

surgem os comportamentos do segundo e terceiro níveis de seleção. Com estes não nascemos; nem os herdamos.

M –Isto que estamos discutindo me faz refletir sobre uma prática comum: quando temos problemas comportamentais ou afetivos, procuramos, quase sempre, um médico, em primeiro lugar, e não um analista de comportamento, nem um psicólogo. E, claro, médicos usam práticas médicas. Receita-mos remédios, por exemplo. Então, cabe a pergunta: por que as pessoas são orientadas para tomar remédios para alterar comportamentos e sentimentos?

R –Sua questão é própria. Os remédios não alteram as contingências de reforçamento, logo... os problemas comportamentais não são solucionados quimicamente. Os remédios alteram o organismo que interage com o ambiente: tornam-no mais ou menos apto para interagir. Se o organismo não é intacto, os fármacos podem torná-lo mais intacto e, daí, mais interativo com os eventos ambientais. (Outra possibilidade para lidar com organismos não intactos é alterar as contingências de reforçamento, até que se tornem eficientes. O uso de *fading* é um exemplo pelo qual uma resposta que não existe naquele indivíduo, que não pode ser instalada apenas com uma instrução ou um modelo, pode ser instalada através de mudanças graduais do estímulo antecedente. Se, por outro lado, o organismo é intacto (até onde se pode afirmar isso), os fármacos podem inibir ou excitar as reações orgânicas. Assim, por exemplo, pode-se administrar, para uma pessoa que está exageradamente ansiosa, um fármaco com função ansiolítica. As reações bioquímicas tornarão o organismo menos sensível às contingências geradoras dos estados corporais, aos quais damos o nome de ansiedade. Da mesma maneira, pode-se fazer o inverso: administrar um fármaco para uma pessoa com baixa responsividade operante pública com o ambiente passar a emitir de comportamentos. Um exemplo trivial, não médico, é o álcool, que um jovem “tímido” usa antes de ir para uma festa... Em suma, os remédios recomendados não produzem comportamentos, modificam o organismo. Os fármacos, no organismo, alteram respostas do primeiro nível de seleção. Podem, por exemplo, reduzir a frequência de batimentos cardíacos, aumentar o tempo de reação (latência) de reflexos, alterar pressão sanguínea etc. Os fármacos alteram também a capacidade de interação do organismo (afinal, ele se torna, na vigência da ação dos fármacos, um organismo modificado) com o ambiente. Como consequência, os comportamentos mudam como resultado das interações de um organismo modificado (mesmo que temporariamente) com o ambiente. Uma vez que o organismo é parte das contingências de reforçamento, tais contingências, a partir da ação dos componentes bioquímicos, não são mais exatamente as mesmas. Tal raciocínio, portanto, não permite concluir que os fármacos produzem ou alteram quaisquer comportamentos do segundo e terceiro níveis de seleção. Se, por um lado, o uso de fármacos possibilita prever mudanças no funcionamento fisiológico do organismo, por outro, não permite prever quais comportamentos serão emitidos pelo organismo modificado em interação com o ambiente.

M –Posso, então, concluir, Rói, que os medicamentos não fazem parte dos procedimentos comportamentais, mas sim dos procedimentos médicos?

R –Exatamente. E, não há nada que justifique vetar a integração entre as duas áreas de atuação, respeitados os limites de domínio conceitual e operacional de cada uma delas.

M –Rói, você parece que está falando do Paraíso! O laboratório é um lugar onde se aprende, onde se é reforçado, onde se acendem luzes com função de SD... A única coisa ruim que você mencionou foi o SA. E, olha lá! Nem é tão terrível assim... Será que você não está me escondendo alguma coisa? Você nunca foi punido na gaiola experimental?

R –Mãe, nem mencione isso! Usar punição é terminantemente proibido.

M –Nossa, você me assusta! A punição é tão terrível assim?

R –Pois é...

M –Você sabe que lá em casa nós usamos punição com você? Você bem que levou uns tapinhas no bumbum quando aprontou umas artes. E o pior é que você sabia que estava fazendo traquinagens. Você me tirava do sério... Sua avó sempre me ensinou que o castigo apressa a aprendizagem... a gente para loguinho de “aprontar”...

R –Mãe, desde o tempo da vovó muito se aprendeu a respeito da punição, graças a estudos sistemáticos da Análise do Comportamento. A punição saiu da esfera de uma prática doméstica, com o rótulo de castigo, para se tornar uma questão de pesquisa e de preocupação no cotidiano das relações humanas.

M –Já sei. Você vai dizer que os pais têm que usar Psicologia com os filhos, não é?

R –O que aprendi é que a punição não ensina comportamento. Quando um comportamento é punido, apenas conseguimos demonstrar que aquele determinado comportamento não deve ser emitido na presença de quem o pune. Não ensinamos o que deve ser feito, não instalamos o comportamento que esperamos da pessoa.

M –Entendo que não ensinamos que comportamentos ela deve emitir em lugar daquele que consideramos inadequado, mas, por outro lado, ensinamos que ela deve parar de se comportar daquela determinada maneira. Isso em si já é útil, não acha?

R –Acontece que as coisas não ocorrem exatamente dessa maneira, mãe. O fato de que o comportamento deixa de ser emitido na presença da pessoa que aplica a punição não significa que o comportamento foi eliminado do repertório comportamental da pessoa. Em outros contextos, onde ela não foi punida, e diante de outras pessoas, que não usam punição, o comportamento volta a ocorrer. Em outras palavras, o comportamento não

desaparece. Ele é enfraquecido temporariamente e tão somente sob controle de estímulos específicos, diante daqueles estímulos que estão sistematicamente presentes no momento da punição.

M –Preciso pensar mais sobre isso.

R –Vou lhe dar um exemplo. Se um pai grita com o filho ou dá-lhe um tapa na mão quando o garoto vai mexer nos botões do controle da televisão, o menino na presença do pai não vai tocar no controle. Mas o que você acha que ele fará quando o pai estiver no trabalho?

M –Posso lhe garantir que, dependendo da personalidade da criança, uma mexerá no controle e fará o que bem entende com os botões na ausência do pai; já outra não mais tocará no controle, nem mesmo em muitos outros objetos do pai...

R –Mãe, não se trata de diferentes personalidades. “Personalidade” é um conceito (mais um) mentalista, inventado, com falsa função explicativa. Você, mãe, está falando de duas crianças que foram expostas a diferentes histórias de contingências de reforçamento. A primeira foi exposta a contingências coercitivas brandas, as quais enfraquecem *temporariamente* as respostas punidas (apenas estas), não geram fortes reações emocionais, não produzem generalização para outras pessoas, nem para outros ambientes (diferentes do agente punitivo e do contexto onde ocorreu a punição). Provavelmente, esta criança também foi exposta a contingências de reforçamento positivo: outros comportamentos produziram reforços positivos.

Por outro lado, a segunda criança foi exposta a contingências coercitivas intensas, as quais enfraquecem duradouramente a resposta punida, bem como enfraquecem outras classes comportamentais não diretamente punidas (generalização interclasses de comportamentos), geram fortes reações emocionais, ou seja, sentimentos intensos de medo, insegurança, raiva, impotência, culpa etc., produzem generalização para outras pessoas, mesmo aquelas que nunca puniram a criança (generalização interpessoas), produzem, também, generalização para outros contextos diferentes daqueles nos quais ocorreu a punição (generalização interambientes). Pode-se concluir, mãe, que a distinção entre os modos de reagir das duas crianças por você imaginada pode realmente ocorrer. As maneiras de se comportar apresentadas pelas duas crianças, porém, nada tem a ver com as personalidades delas. São produtos da ação de diferentes contingências coercitivas, que vêm atuando durante o processo de desenvolvimento comportamental das crianças. Mas, ao invés de punir a criança, o que teria sido melhor para ela? O que o pai poderia ter feito para promover o desenvolvimento comportamental do filho?

M –Bem, o pai poderia guardar o controle da TV fora do alcance da criança... assim não precisaria puni-la, simplesmente porque ela não conseguiria pegá-lo.

R –É verdade, mas um dia a criança cresce, acha o controle e o problema recomeça. Vou lhe dar outra chance, mãe. O pai não poderia ensinar...

M –Isso, ensinar a criança a usar corretamente os botões do controle da TV.

R –Perfeito. Poderia ensinar o filho a manejar um botão de cada vez. “Aperte este botão, filho. Veja como a imagem muda... você está mudando o canal.” E assim com cada botão.

M –Entendo. A criança, além de não ser punida, aprende a usar de forma apropriada o controle, se torna mais independente dos adultos, pode colaborar quando outras pessoas estiverem assistindo à TV, mudando os canais, alterando o volume, a cor de imagens etc. quando alguém, como a vovó, lhe pede ajuda...

R –Exatamente. Pode-se enfraquecer um comportamento indesejado, instalando-se comportamentos desejáveis incompatíveis com aqueles que se quer enfraquecer.

M –Mas queria ir um pouco mais longe na compreensão dos efeitos da punição.

R –Quando é usado o procedimento de punição, ocorrem reações emocionais desagradáveis. A gente pode dizer que a punição dá origem a sentimentos ruins, tais como medo, raiva, insegurança, culpa, fobias e a pessoa não se sente livre. Nada disso é bom, concorda?

Além disso, uma pessoa que é frequentemente punida apresenta importante déficit de comportamentos de tomar iniciativas. Ela, além disso, tende também a apresentar mais estereotipia comportamental, ou seja, emite pequena variabilidade de respostas e fala-se que ela tem pouca criatividade e que é rígida. A pessoa se mostra tímida, dependente, pouco sociável. Não para por aí, mãe. Para evitar ser punida, a criança começa a mentir e a negar que emitiu comportamentos que ela sabe que produzirão punição. Ser mentirosa não é um traço de caráter da pessoa; mas mentir é um comportamento de fuga ou de esquiva da consequência aversiva, *instalado pela comunidade social* que usa a punição como controle comportamental. Não é defeito de personalidade.

O uso de eventos aversivos não se restringe à punição, porém. Sempre que está presente uma condição aversiva podem ocorrer comportamentos de fuga, aqueles que eliminam o estímulo aversivo.

M –Isso é bom, não é, Rói?

R –Não necessariamente. O comportamento emitido elimina o evento aversivo, mas o contato com a contingência aversiva produz reações orgânicas, respostas respondentes, desagradáveis. Pode-se dizer que surgem sentimentos aversivos, tais como ansiedade, culpa, medo, preocupação etc. O fato de que o comportamento elimina o componente aversivo, não exclui a ocorrência dos sentimentos adversos.

M –Há, porém, uma outra possibilidade. Podem ocorrer comportamentos que são emitidos antes da apresentação do evento aversivo e impedem que ele ocorra. São os comportamentos de esquiva. Estes, com certeza, são bons, pois evitam que a pessoa entre em contato com o evento aversivo. De certa maneira, anulam a ocorrência aversiva.

R –Mãe, não é bem assim. Vou lhe explicar o que ocorre. A pessoa está sob controle da contingência coercitiva, mesmo que o evento aversivo ainda não tenha sido apresentado ou nem mesmo venha a ocorrer. Se está sob influência da contingência aversiva, então ocorrem reações orgânicas desagradáveis, os chamados sentimentos de: ansiedade, preocupação, culpa, medo etc., os quais começam a ser inibidos a partir do instante em que a resposta de esquiva ocorreu. No entanto, o comportamento de esquiva não tem o poder de evitar os sentimentos aversivos.

Há outro ponto a ser lembrado. Aliás, um aspecto perigoso. Quando os comportamentos de fuga e de esquiva são emitidos ocorre um fenômeno comportamental chamado de reforçamento negativo, ou seja, há subtração do evento aversivo ou a prevenção de sua ocorrência. O sentimento produzido por tal contingência coercitiva é de alívio. Facilmente, a pessoa pode confundir alívio com prazer, especialmente na condição de esquiva.

M –Mas, Rói, alívio causa prazer...

R –Não, mãe. Cada sentimento é determinado por contingências comportamentais específicas. Assim, prazer é o nome do estado corporal produzido por contingências de reforçamento positivo. Alívio, por sua vez, é estado corporal produzido por contingências de reforçamento negativo. Jamais alívio causa prazer.

M –Por que você disse que é perigoso? Não percebi onde está o perigo.

R –Porque em um paradigma de esquiva, a pessoa emite o comportamento que impede o contato dela com o evento aversivo. Ela pode ficar alienada da contingência coercitiva que está controlando seu comportamento e, como tal, não exercerá contracontrole para alterar a contingência em operação.

Para entender este argumento basta lembrar um exemplo familiar. Uma criança tira uma nota excelente na escola e é elogiada pelos pais. No próximo bimestre repete a nota... À primeira vista, o comportamento de estudar e seu produto nota alta foram mantidos pelos elogios e a criança estuda e sente prazer. No entanto, uma análise mais cuidadosa das contingências em operação pode revelar que a criança ao estudar e tirar boa nota evitou críticas, decepção etc. dos pais. No próximo bimestre, igualmente, repete a nota. Neste caso, o comportamento de estudar e seu produto boa nota foram mantidos pela evitação das críticas e a criança estuda e sente alívio (não prazer). Sob as duas contingências de reforçamento o comportamento público (estudar) e seu produto (boa nota) são os mesmos quanto ao fenótipo comportamental; no entanto, não o são quanto à função. Por

outro lado, os comportamentos encobertos deverão ser diferentes, se a criança discriminar entre uma contingência e outra (ela pode não discriminá-las, porém). Assim, emitirá pensamentos tais como: “gosto de estudar”, “gosto de aprender” (no primeiro caso); “que saco ter que estudar”; “não sei pra que serve tudo isto que estudo” (no segundo caso). Finalmente, os sentimentos também serão diferentes. Na primeira condição, a criança estudará e sentirá prazer; se a nota for boa sentirá satisfação, alegria; se a nota for ruim, sentirá decepção, frustração. Na segunda condição, a criança estudará e sentirá ansiedade; se a nota for boa sentirá alívio (não prazer, nem satisfação) e se a nota for ruim sentirá medo.

M –Agora entendo, Rói, que as diferenças são mais profundas do que jamais imaginei.

R –Se as consequências aversivas forem amenas o estrago será relevante e preocupante. Imagine se forem intensas. Vou falar um pouco mais sobre a intensidade do estímulo aversivo retomando o caso da punição.

Se a punição for severa, além da resposta que produziu a consequência aversiva, outras respostas se enfraquecem e há uma redução abrangente do repertório de comportamentos operantes da pessoa. Muitas vezes, pode-se até pensar que ela tem atraso de desenvolvimento produzido por limitações orgânicas.

M –Pode-se pensar que ela é deficiente ou retardada?

R –Os seus termos são muito duros, mas é o que se pode pensar sobre a pessoa. Não apenas o repertório de comportamentos se enfraquece de forma extensa na situação onde ocorreu a punição, mas os comportamentos deixam de ser emitidos diante de outras pessoas (ocorre generalização do indivíduo punitivo para outras pessoas, que não são necessariamente punitivas) e em novos contextos onde comportamentos não foram punidos (ocorre generalização do contexto punitivo para outros contextos).

M –Mas tais comportamentos que foram suprimidos voltam a ser emitidos?

R –Depende. Se a punição for severa, os comportamentos podem ser enfraquecidos de forma duradoura e apenas sob influência de procedimentos especiais voltar a ocorrer. Mas não são apenas os comportamentos operantes que são alterados. Comportamentos respondentes, tais como batimentos cardíacos, pressão arterial, sudorese, temperatura corporal etc. são eliciados de forma intensa. Fala-se que a pessoa vivencia sentimentos desagradáveis muito intensos, tais como medo, culpa, ansiedade etc. e podem surgir quadros comportamentais de fobias, pânico, depressão etc.

Há mais ainda. A punição pode gerar contracontrole, ou seja, a pessoa punida passa a emitir comportamentos que enfraquecem ou eliminam os comportamentos aversivos do agente punidor. Em geral, os comportamentos de contracontrole têm a função de eventos aversivos para aquele que vinha exercendo o controle aversivo. Ou seja, quem punia passa a ser punido. Todos perdem neste tipo de relação. E, em casos extremos, o

contracontrole não elimina os comportamentos que lhe são aversivos, mas elimina a pessoa que pune...

M –Rói, entendi tudo que você expôs sobre os problemas do uso da punição, mas acredito que há circunstâncias muito especiais – quando há perigo de vida, por exemplo – em que a punição se faz necessária. Suponha que uma criança caminha ao lado da mãe pela calçada e, de repente, se afasta correndo em direção ao meio da rua, no exato momento em que um carro em alta velocidade pode atropelá-la. Ou imagine que uma criança em recreio numa chácara sobe na borda de um poço de água profundo correndo o risco de se desequilibrar e mergulhar vários metros abaixo. Você não acha que um berro para a deter, um brusco movimento para detê-la pelo braço e uns tapas no bumbum, para ela não repetir os movimentos perigosos, seriam justificáveis? Acredito mesmo que um bom susto seria necessário.

R –Concordo que seria necessário deter a criança incontinente. Posso até admitir que os pais assustados não controlem a força de seus movimentos nem a intensidade do comando verbal. Mas detê-la não significa puni-la. Quanto aos tapas no bumbum são completamente desnecessários. Há, em relação às situações, outros procedimentos mais apropriados...

M –Vou lhe contar uma lenda que nossos antepassados nos transmitiram. Talvez ilustre o que estamos discutindo. Antigamente, nós ratos, não morávamos em biotérios asseados, com comida equilibrada, água filtrada, temperatura ambiente controlada... Nossos antepassados eram ratos cinzentos que viviam em lugares escuros, buracos com pouca higiene, comiam o que encontravam, em condições que os colocavam em constante risco de saúde... A sobrevivência era um desafio desde o nascimento e a sobrevida era breve... Eram, pejorativamente, chamados de “ratos de esgoto”. Nem existem mais pelo que eu saiba. Eu, pelo menos, nunca vi nenhum.

Na luta árdua pela sobrevivência, nossos destemidos antepassados, se aproximavam das casas de humanos e, escondidos, compartilhavam do mesmo espaço físico. Lá, pelo menos, o alimento era mais acessível, embora houvesse o constante risco de serem devorados por gatos, cães e até mesmo mortos pelos humanos. Não entendo porque as pessoas preferiam gatos e cães como animais domésticos e não os nossos antepassados. Dizer que eram agressivos não se justifica. Nós, ratos brancos, somos agressivos com os humanos? Não! É a maneira como nos tratam que determina como nos comportamos. Dizer que eles transmitiam doenças também não convence. Eram portadores de doenças pelas condições precárias e adversas em que viviam. Seria suficiente tratá-los com os devidos cuidados e não seriam ameaça. Nós, animais de laboratório, transmitimos doenças? Nós mordemos? Nós roubamos comida? O problema é social; não é de natureza. Ninguém nasce mau. O ambiente torna a pessoa boa ou má... A solução não está em punir, nem em excluir, mas em incluir e prover oportunidades razoáveis para sobrevivência e desenvolvimento comportamental.

R –Mãe, menos com seu discurso político-ideológico! Voltemos à lenda.

M –Ah, é! Em algum momento, o homem apareceu com uma arma terrível contra nós. Era um instrumento de sedução e de destruição. Chamava-se ratoeira: um alimento saboroso era oferecido aos nossos antepassados, o qual, ao ser tocado, destravava um mecanismo letal, que num único e violento golpe matava o pobre rato faminto... Era um instrumento do mal que só um humano seria capaz de inventar e utilizar. Desculpe, filho, lembrar-me dessas histórias me deixa angustiada, com raiva e com vontade de fazer não sei o que...

R –Veja, mãe, como o uso de procedimentos aversivos faz mal: gera sentimentos ruins, induz ao contracontrole na forma de agressão... E note que você nem foi vítima direta dos controles aversivos.

M –É verdade... só de narrar a lenda me sinto mal e com ganas de brigar, imagine quem viveu naqueles tempos...

R –E, o fim da história? ...

M –Um “rato sábio”, que havia presenciado alguns desses episódios de dor e morte, se propôs a fazer um teste. Postou-se perto de uma ratoeira e, cada vez que um rato desavisado se aproximava dela, ele lhe aplicava uma forte dentada na cauda. A vítima da dentada fugia em desabalada carreira e, apesar da dor no rabo e do susto, não morria na ratoeira. O “rato sábio” salvou muitas vidas e tornou-se um herói entre os ratos agradecidos.

R –Mas, o rato que levava a mordida não voltava mais para buscar o alimento da ratoeira?

M –Rói, contei uma lenda; não um experimento. Quem vai saber se funcionava do jeito que você questiona? A bem da verdade, o que sei é que o rato mordido naquele episódio fugia a salvo. Nada mais se falou a respeito. O tipo de preocupação que você expressa com suas perguntas é moderno. É fruto de uma atividade científica diante de episódios comportamentais. Os ratos de esgoto não tinham tal sofisticação.

R –Mãe, a moral de sua história é que certas práticas educacionais e disciplinares são adotadas pelos efeitos imediatos e mais evidentes que produzem, sem nenhum outro tipo de avaliação com relação aos produtos colaterais indesejáveis que produzem a médio e a longo prazo. Na verdade, o mundo não mudou muito até hoje. A adoção de procedimentos científicos, para determinar as melhores práticas para instalar comportamentos desejáveis e enfraquecer os indesejáveis, esbarra em preconceitos contra a Ciência.

Não vou insistir no que seria melhor para se esquivar da ratoeira, mas com humanos tenho algumas sugestões. Os pais deveriam desenvolver melhores comportamentos de observação de seus filhos, de tal maneira que ficassem sob controle dos primeiros elos

do encadeamento do comportamento inadequado. Assim, se ao primeiro sinal de que a criança vai se afastar da mãe em direção à rua, ela segurasse firmemente a mão do filho, não haverá correria. Se, além disso, os pais colocassem o comportamento do filho sob controle de regras, ou seja, de descrições de contingências de reforçamento, tanto em casa como no exato ambiente onde o comportamento deve ser instalado, então a própria criança poderia emitir comportamentos apropriados na situação. Assim, se lhe é dito “Filho, na rua mantenha-se na calçada, fique perto da mamãe, só atravesse a rua depois de se certificar de que nenhum veículo vem em qualquer direção, então você evitará se perder, se machucar, curtirá mais o passeio, estará mais segura e protegida etc.” Ora, se esta regra for praticada em simulações de como mãe e filho devem se comportar na rua e se os comportamentos esperados da criança forem conseqüenciados com atenção e carinho, a resposta desejada será fortalecida e ficará sob controle adequado de estímulos (o que equivale a dizer que o comportamento inadequado será enfraquecido).

M –O que você está dizendo, Rói, é que pode-se instalar nas crianças comportamentos tais que torna-se evitável a necessidade de usar procedimentos coercitivos?

R –Exatamente, mãe!

M –Os pais podem fazer com que seus filhos sejam obedientes.

R –Sim, desde que não se confunda “obedientes” com “submissos”.

M –Como assim?

R –Levar uma criança a responder a dicas dos pais, de modo a aumentar a possibilidade de que se comportem de forma desejada *pelos pais*, não implica supor que tais comportamentos não possam ser modos de se comportar também desejáveis *para os filhos*. O desenvolvimento de repertórios comportamentais sob influência dos pais, dos professores etc. não implica e não deve ser feito em detrimento ou sacrifício daquilo que é melhor para o desenvolvimento da criança.

Além disso, ficar sob controle de instruções não deve de modo algum incluir ausência na criança de repertórios de tomar iniciativas, explorar o ambiente, questionar os comportamentos dos pais, se opor etc. Sem, no outro extremo, desenvolver no filho comportamentos oposicionistas sistemáticos.

M –Tem que haver um equilíbrio, não é, Rói? Isso para mim é claro.

R –Talvez devêssemos evitar usar termos com conotações depreciativas, tais como: “obediente”, “submisso”, e substituí-los por nomes mais respeitosos e que descrevam melhor o que se pretende desenvolver na criança, assim como levá-la a se comportar de forma “cooperativa”, “curiosa”, “participativa”, “companheira” etc.

- R –A discussão foi longe, não foi, mãe? Acredito que agora você consegue avaliar o estrago que a punição pode gerar. É assustador.
- M –Nossa, Rói! Jamais cheguei sequer a imaginar tamanho cataclismo comportamental e afetivo que a punição pode causar! Sempre pensei na punição como um procedimento para disciplinar e educar...
- R –Porque, mãe, você mais amou... muito mais amou do que puniu. E, quando puniu, o fez de forma branda. Não devemos temer pessoas como você. Por ser seu filho sei exatamente como você se sentia quando me punia. Vou lhe confessar uma pequena maldade minha. Você puxava minha orelha ou me dava umas palmadas, que na verdade nem doíam, e eu chorava com gosto para deixá-la arrependida. Eu sabia exagerar meu comportamento de “sofrimento”, pois isso acabava sendo um evento aversivo para você. Você me punia, mas minha reação era tão aversiva para você que, no fundo, eu acabava punindo você. Claro que eu não tinha toda a consciência dos meus atos como tenho hoje, mas eu sabia que a fazia sofrer...
- M –Malandrinho, agora entendo porque quando eu punha você de castigo no cadeirão, lembra-se? Você não podia sair sem minha autorização – você ficava com aquela carinha triste, cabeça baixa, choramingando baixinho. Eu me perguntava, será que é para tanto sofrimento e, você tem razão, eu ficava com o coração partido com a minha maldade.
- R –Temos que temer o uso de punição por pessoas que são diferentes de você, mãe. Elas, infelizmente, são muito mais frequentes do que se imagina: são pessoas insensíveis aos comportamentos que produzem ao punir, isto é, os comportamentos de sofrimento daquele que foi punido não têm função aversiva para elas.
- M –Então, para as pessoas deste segundo grupo não há limites para o mal?
- R –Exatamente. Essa sua conclusão, embora chocante, é correta, mesmo quando estamos falando de seres humanos. E posso acrescentar outra afirmação, não menos inquietante, a partir do uso de controle aversivo como contracontrole: o mal produz mais mal, que produz mais mal. A expressão “olho por olho; dente por dente”... é apenas o começo. Seguem-se sucessivas retaliações recíprocas, cujo desfecho só produz lágrimas e perdas... Poderíamos sugerir a adoção do 11º mandamento: Não usarás controle aversivo.
- M –Rói, você está falando todas estas coisas. São muito interessantes, mas há algo que mexeu demais comigo... Nem consegui prestar atenção em tudo. Fiquei pensando na *operação estabelecadora*. Fiquei completamente sob controle do procedimento de privação.

M –Meu filho, ao compreender a função da operação estabelecadora, me dei conta de uma coisa terrível: você está sendo privado de água, meu amor! Como são cruéis com você, esses behavioristas!

R –Não se preocupe, mamãe. Eles são razoáveis. Além do mais, me ensinam muito. Torno-me um rato mais humano... (E... menos rato? Será que isso é bom?). Desenvolvo tolerância à frustração, o que me será útil em muitas outras situações e, afinal, sem sofrimento não há crescimento.

Além disso, vale a pena compreender o novo paradigma de funcionamento do comportamento. Um dia esta contribuição será reconhecida... para o bem dos que se comportam.

Finalmente, modéstia à parte, seu filho é um ícone do desenvolvimento da Ciência do Comportamento. Ela nos oferece tudo isso que discutimos. Sinto-me um benfeitor da humanidade. Espero que o homem se beneficie disso. Qualquer privação, então, terá valido a pena!